



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VINÍCIUS VICTOR DO PRADO PEREIRA

**NOTÍCIAS À GALOPE: IMPRENSA, CRIME E NARRATIVA NA
TRAJETÓRIA DE AFFONSO COELHO DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA**

BRASÍLIA

2022

VINÍCIUS VICTOR DO PRADO PEREIRA

**NOTÍCIAS À GALOPE: IMPRENSA, CRIME E NARRATIVA NA
TRAJETÓRIA DE AFFONSO COELHO DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr^a. Eloisa Pereira Barroso

BRASÍLIA

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

VINÍCIUS VICTOR DO PRADO PEREIRA

NOTÍCIAS À GALOPE: IMPRENSA, CRIME E NARRATIVA NA TRAJETÓRIA DE AFFONSO COELHO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História. Brasília, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eloisa Pereira Barroso - Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Maria Veralice Barroso - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Matheus Gamba Torres - Universidade de Brasília

Dedico esta monografia à minha mãe, Letiere Cristina do Prado, o seu amor sempre se fez presente em mim, te amo mãe. Dedico também à minha avó, Maria da Conceição do Prado pelo legado de amor, carinho e respeito que ficou após à sua partida. Penso em você sempre vó, a saudade de você só não é maior que o amor que eu pude conhecer através da vida que compartilhamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus esforços individuais, desde pequeno fui fascinado pela história, a ideia de poder me transportar para outros tempos me encantava mesmo antes de eu saber que existia o curso superior em história. Agradeço a benção da vida e a compreensão da minha existência nesse mundo e de ter sido amado por tantas pessoas, hoje compreendo que o amor delas me formou como o ser humano que sou. Sou grato a todos os profissionais de educação que passaram pela minha vida e tiveram impactos positivos na minha formação como ser humano, rogo e espero trabalhar pela melhoria do ensino público no geral para que mais jovens tenham as mesmas oportunidades que eu tive.

Agradeço à Universidade de Brasília que me abriu as portas para um mundo de experiências totalmente novas. Aos professores do Departamento de História que me fizeram amar ainda mais a história e me entender como historiador. Aos amigos que a UnB me proporcionou: Gabriel Bernardo, Carolina Ribeiro, Rebeca Lisita e Matheus Marinho, os quais levo para a vida e sempre dentro do meu coração. Aos amigos que fiz durante esse tempo: Dalton Ferreira, Lucas Salomão, João Miguel e Isaac Nascimento e tantos outros que igualmente possuem um espaço no meu coração e gratidão por terem participado dessa trajetória. À minha orientadora, Eloisa Pereira Barroso que além de ser uma mentora excepcional sempre se dispôs a ser um ponto seguro na minha trajetória acadêmica. À Bárbara Vitória, agradeço pelo seu carinho ao longo desses 17 anos e pela paciência de me escutar falar sobre história desde criança.

Aos meus pais, José Geraldo e Letiere Cristina que me deram o dom da vida e me apoiaram nas minhas escolhas com amor e afeto, ao meu primo Karl que me deu o primeiro livro de história, mudando ali a minha trajetória de vida. Aos meus irmãos: Emanuelle, Braytner, Gracielle e Luan e minha cunhada Vanessa, todos foram exemplos positivos para mim em todos os sentidos. À Cida, mãe dos meus irmãos que me acolheu como filho. Agradeço a Andreia e o Samuel que me “adotaram” aos 25 anos e me ajudaram a superar um momento muito difícil da minha vida. À minha namorada, Marina Isabel que me apoiou ao longo do processo de escrita dessa monografia e que hoje divide uma vida comigo. Por fim ao meu cachorro Menininho que virou noites comigo e tem sido minha companhia mais presente.

RESUMO

Essa monografia tem por objetivo analisar, por meio de fontes ligadas a jornais e periódicos da cidade do Rio de Janeiro, a trajetória de Affonso Coelho de Andrade, famoso falsário, entre os anos que compreenderam os primeiros governos da Primeira República. Affonso foi um dos principais criminosos do período e ao efetuar diversas fugas da carceragem evidenciou seu nome como um dos principais assuntos dos jornais no período. Se utilizando principalmente dos periódicos: “Correio da Manhã”, “Gazeta de Notícias”, “A Notícia”, “Jornal do Commercio” e pela revista “Vida Policial” esse trabalho traça um panorama social que influenciou as notícias e reportagens sobre Affonso. Atrelado sempre aos crimes cometidos a visão sobre Affonso sofrerá alterações significativas que irão reverberar no imaginário desses periódicos por mais de duas décadas. Nesse sentido, o argumento principal repousa sobre como a trajetória de Affonso, sob a perspectiva da micro-história, indica uma tendência da imprensa no período que, influenciada por um crescimento dos jornais, adota uma postura sensacionalista que anula o indivíduo em prol das tiragens e o eleva ao fantástico.

Palavras chave: trajetória; crime; imprensa; narrativa; Primeira República; literatura; sociedade e cultura

ABSTRACT

This monograph aims to analyze, through sources linked to newspapers and periodicals in the city of Rio de Janeiro, the trajectory of Affonso Coelho de Andrade, a famous forger, between the years that comprised the first governments of the First Republic. Affonso was one of the main criminals of the period and when he made several escapes from the prison, his name became evident as one of the main subjects of the newspapers of the period. Using mainly the periodicals: “Correio da Manhã”, “Gazeta de Notícias”, “A Notícia”, “Jornal do Commercio” and the magazine “Vida Policial” this work outlines a social panorama that influenced the news and reports about Affonso. Always linked to the crimes committed, the vision of Affonso will undergo significant changes that will reverberate in the imagination of these periodicals for more than two decades. In this sense, the main argument rests on how Affonso's trajectory, from the perspective of micro-history, indicates a tendency of the press in the period that, influenced by the growth of newspapers, adopts a sensationalist posture that nullifies the individual in favor of print runs. and elevates it to the fantastic.

Keywords: trajectory; crime; press; narrative; First Republic; literature; society and culture

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. A cidade das letras	20
1.1 Decifrando códigos: leitores na cidade do Rio	25
Capítulo 2. Um sertanejo atípico	30
2.1. Na trilha do crime	39
Capítulo 3. Ameaça à ordem pública	46
3.1 O rei dos falsários	52
Considerações finais	59
Referências	63

INTRODUÇÃO

*Você em cima do prédio sabe
o cheiro que a cidade tem?*

Quem transitasse pelas ruas do Rio de Janeiro ao entardecer do dia 19 de maio de 1897 perceberia que o dia terminara agitado na capital federal, os jornais da rua do Ouvidor preparavam as edições do dia 20 com uma novidade: o famoso estelionatário Affonso Coelho havia feito uma fuga cinematográfica na cidade do Rio de Janeiro, sob o olhar da escolta policial e por aqueles que transitavam pela rua Affonso, montado em um cavalo branco empreendeu fuga pelo centro do rio. O evento da fuga povoou o imaginário popular e as páginas dos jornais cariocas, tendo repercussões décadas após o ocorrido. Os crimes de Affonso e suas peripécias ao longo dos anos foram notificados pelos mais diversos periódicos do Rio de Janeiro da Primeira República, os quais vivenciavam um período turbulento envolto por diversas mudanças sociais e tecnológicas dentro de seus editoriais e redações. Sobre o espectro da representação dos crimes de Affonso nos jornais esse trabalho busca entender a construção da imagem e da trajetória de Affonso como criminoso e as relações sociais que tomaram forma nas páginas dos periódicos ao que concerne a introdução do chamado “jornalismo sensacionalista”.

O Brasil Republicano procurou se apresentar com uma nova roupagem, para os republicanos enfim o país caminhava para a modernização, mas alguns problemas assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Com o advento do crescimento físico da cidade ocorrido pelo fluxo interno e externo de migração - absorção da imigração em massa de estrangeiros e da população escravizada recém liberta – o debate sobre segurança pública ganha espaço na *belle époque* brasileira, o turbulento processo republicano traz à tona a questão da criminalidade. Tema trabalhado pelo historiador Marcos Bretas em seus livros “Ordem na cidade: o Exercício Cotidiano da Autoridade Policial no Rio de Janeiro” e

“Guerra nas ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro” a criminalidade é apresentada por Bretas como um dos temas sociais mais sensíveis da época devido a relação, por muitas vezes conflituosa, da polícia e do povo. O livro “Guerra nas ruas” tem como ênfase trabalhar com esses dois agentes sociais: o povo e a polícia, termos que se confundem ao longo da formação do corpo policial nos primeiros anos após a proclamação da república. Pensando dessa forma, ao encarar as relações individuais entre a polícia e o povo Bretas apresenta as motivações sociais do criminoso. Tais motivações são diversas, se apresentam por vezes econômicas, por vezes passionais ao que se refere a crimes violentos; mas que foram inseridas no cotidiano do carioca no período portanto o crime se torna parte do imaginário social que será fabricado e fabulado pelos periódicos.

Entendendo aqui que os crimes de Affonso Coelho e as consequências dos seus delitos estão localizados nesse cenário que possui diversos agentes participativos uma das tarefas a serem desempenhadas nesse trabalho é pormenorizar as características que formam os objetos de análise e sua relação com os crimes de Affonso e a narrativa dos jornais. Conforme dito acima dentro do espectro que abrange o crime vários agentes podem ser destacados, mas o criminoso permanece como eixo central da notícia e, portanto, a trama produzida como material de consumo parte do indivíduo, das suas características pessoais que construíram - e foram construídas - através dos eventos criminosos. Dessa forma é presumível que sem os aspectos pessoais de Affonso essa dissertação não existiria, pois como seria possível, através dos eventos que cercaram Affonso estabelecer relação entre o real e o imaginário que se apresenta nos periódicos? Porém, essa relação não será simples, parte desse trabalho se propõe a desvendar melhor a forma que Affonso Coelho de Andrade vai ser apresentado como fonte historiográfica.

Dentro dessa perspectiva de que Affonso Coelho seria um objeto a análise - que parte de uma linearidade do indivíduo no tempo - exigiria o uso da biografia como parte principal da metodologia. O trabalho da história do indivíduo, em geral objeto da micro-história, demanda um conjunto de fontes que permita o estabelecimento de um acervo de informações mais extenso, acerca do assunto o historiador Alexandre Karsburg disserta:

[...] Ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do “nascimento à morte”, ou, ao contrário, da morte ao nascimento [...] mas, por princípio, a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência. Isso, obviamente, exigirá um período de pesquisa muito grande (p.33, 2015)

Caso o objetivo fosse trabalhar com a totalidade da vida de Affonso, conforme cita Karsburg, seria necessária uma análise dos 47 anos de vida de Affonso, de 1875 a 1922. Portanto, caso fosse esse o caminho a ser tomado, seria um trabalho exaustivo de análise quantitativa de uma documentação extensa e desconhecida. A biografia permitiria alguns avanços no trabalho historiográfico, seria possível localizar o Affonso Coelho real, o homem palpável que como tantos migrou para o Rio de Janeiro. Porém, o Affonso que aqui é apresentado se trata do Affonso dos imaginários, o Affonso da literatura e dos jornais, o falsário que viveu e foi criado através dos periódicos. Ainda que a história de vida de Affonso esteja presente em alguns pontos da narrativa dos periódicos o discurso é influenciado pelos eventos criminosos de sua vida, portanto estamos falando de duas figuras distintas que por vezes se confundiam, mas que se diferenciavam sob a ótica dos jornais.

Observando essa limitação de quem foi e de quem se tornou Affonso a análise biográfica tornaria o texto extenso e limitaria o olhar para o que foi aqui proposto: a visão e o discurso dos jornais sobre Affonso na construção do criminoso. Portanto, se tornou mais efetivo e interessante a aplicação da análise da trajetória: “A trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p.34). A análise da trajetória nos permitiria localizar o indivíduo no tempo e esse achamento abre a possibilidade de olhar o evento não só como fato, mas como ele foi visto e contado.

Ao falar dessa estória contada alguns questionamentos surgem e o conceito de real tende a ficar cada vez mais obscuro e questionável, as ferramentas atuais disponíveis ao historiador permite investigações de um passado que se torna cada vez mais acessível: sabe-se uma data, uma hora, até mesmo a vestimenta de um indivíduo, mas as atitudes individuais, o pensamento coletivo – partes essenciais do processo histórico – são os verdadeiros desafios dentro da atividade historiográfica. Como podemos acessar a mentalidade de um povo sobre determinado evento? Há alguma fonte confiável que determine com certeza os acontecimentos? Exemplificando com o evento mais marcante da vida de Affonso, o caso do cavalo branco apresenta uma possibilidade de narrativas quase infinita: há quem possa questionar se Affonso teve ajuda, se ele fugiu sozinho ou até mesmo se o cavalo era branco. Como dito anteriormente o trabalho biográfico responderia algumas dessas questões, mas esbarraria com o próprio fato de que o trabalho biográfico também é narrativo, se debruçar sob as diversas narrativas que foram criadas

sobre a figura de Affonso Coelho apresenta um cenário desafiador, mas que oferece mais ferramentas para o ofício do historiador. Portanto é nessa lacuna entre o que foi, o que poderia ser e o que foi contado que a relação entre a trajetória e a micro-história, que convergem em uma relação quase que indissociável, vão atuar.

A localização temporal do homem e as suas relações interpessoais criam esferas sociais e culturais próprias nas quais os seus participantes deixam vestígios que podem ser fontes diretas e indiretas desses relacionamentos:

A escolha de uma personagem narrativa não se baseia na hipótese de ela ser representativa de um dado grupo, e sim na certeza de que, por mais singular que seja sua perspectiva, esta se insere, inevitavelmente, dentro dos limites da cultura de seu tempo e de seu grupo social (O'DONNELL, 2008, p.24)

O trecho acima permite perceber que para O' Donnell a questão da representatividade não é decisiva dentro da análise da trajetória individual, pois a própria afirmação de que a História seria a “ciência do homem no tempo” abarca as percepções do homem sobre sua vivência inserida em seu cotidiano. Portanto há a delimitação de que o agente histórico é fruto de seu tempo e das relações cultivadas em torno de si, pois mesmo que haja uma tentativa de desvinculação não seria possível se deslocar da realidade na qual se está inserido. Portanto independente da metodologia a ser empregada os riscos ligados à escolha da fonte implicam perdas e ganhos metodológicos: “face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha [...] este é um autêntico problema da ação” (BLOCH, 2001, p.27). Portanto a escolha de análise da trajetória de Affonso Coelho como fonte implica em características de análise de caráter qualitativa, mas não exclui do debate a presença de outros sujeitos. Esses outros sujeitos se ligam à Affonso Coelho conforme – de maneira intencional ou não – se inserem nesses debates. Em especial esses agentes se apresentam aqui como os jornais – em geral na figura do cronista e do jornalista – que cobrem o cotidiano do Rio de Janeiro e se inserem na práxis da capital carioca e fazem o caminho entre o mundo escrito e a vivência das ruas. A análise dos periódicos indica uma narrativa diária de eventos sociais que interessam o público leitor e que representam fragmentos da realidade pela visão do seu dono, editor, colunista e etc.

Para melhor entendimento uma metáfora vai elucidar a ideia apresentada: o enredo do filme “Janela Indiscreta”, lançado em 1954 do diretor Alfred Hitchcock. Em síntese o

filme conta a história de um fotógrafo que assiste a cenas do seu cotidiano através da limitação de visão da sua janela; o personagem acaba por ver “flashes” dessa rotina e através dessas cenas vem por acreditar que seu vizinho seria um assassino, dentre outras situações o fotógrafo acaba por interferir nos eventos se vendo dentro dessa trama e por fim encontrando uma resposta para sua hipótese. Esse pequeno enredo esclarece o que seria a história para o historiador: visões de um passado que está vivo através exclusivamente das fontes, o que revela informações, mas limita a atuação do historiador:

pois o que distingue, eventualmente, o historiador da telegrafista é que, tão desmunido quanto ela, ele sabe que sua informação é uma escolha na realidade, à qual superpõe outras escolhas. Ele pode tentar ao menos medir suas consequências e tirar partido delas (LEVI, 2000, p.21)

Permanecendo na metáfora do filme o fotógrafo, através de suas lentes, pode ter diversas visões de um mesmo fato, com mais ou menos foco ou de uma distância menor dos seus objetos. Um jardim mau cuidado e uma situação fora do cotidiano são tratadas pelo personagem como elementos que constroem sua narrativa. Dialogando com o exemplo as várias visões de um evento contam histórias diferentes e são fontes de um historiador: diferentes narrativas de um evento muitas vezes são conflitantes. Cabe ao historiador que analisando os vestígios deixados pelos atores (como semelhanças e contradições) perceber a forma que se constroem novas percepções, que por sua vez virão a contribuir para uma metodologia analítica em diálogo com a micro-história:

O procedimento sugerido pela micro-história é ao mesmo tempo mais discreto e, provavelmente, mais suscetível de ser generalizado. Consiste na criação de condições de observação que farão aparecer formas, organizações, objetos inéditos. Traduz-se, por outro lado, por um recurso constante a condições assim definidas ao mesmo tempo, é claro, que a suas modificações posteriores durante a análise (LEVI,2000, p.20)

Levi estabelece então que parte essencial da micro-história é considerar as condições que possibilitam a análise do objeto. Do ponto de vista analítico, e observando as citações de Levi sobre as escolhas do historiador o caminho a ser trilhado fica cada vez mais nítido, nesse trabalho a trajetória individual não pode ser vista aqui biográfica e sim fruto de percepções externas a ele. Essas especificidades são temas essenciais para sua trajetória, influenciando a construção fantástica do que foram – ou do que se criou – os eventos ao longo de sua vida. Pelo ponto de vista dos periódicos a situação caminha para

que os atos efetivamente feitos por Affonso (como a fuga do cavalo branco) seja recriado ao longo das páginas dos jornais e pela população. Aqui não há a intenção da exclusão total dos dados biográficos, inclusive estão inseridos como fontes, mas o que se pretende é compreender (e questionar) as posições dos periódicos sobre os eventos que cercaram a trajetória criminosa de Affonso Coelho. Considerando o local dos acontecimentos, o Rio de Janeiro da Primeira República, não é difícil imaginar e conjecturar os diversos eventos ocorridos diariamente na então capital federal. Ora, para um periódico com objetivos pessoais e profissionais a narrativa de um dos acontecimentos ou outro ocorrido pode não ser vantajosa, em um contexto de disputa por leitores haveria de ter um rigor sobre os assuntos tratados para conseguir a intenção dos consumidores. Diante do exposto a seguinte questão para a pesquisa se coloca: como era visto e noticiado os crimes não violentos por esses jornais? Em um contexto de expansão das notícias criminais quais foram os arquétipos construídos sob a figura de Affonso?

Conforme exposto a principal fonte desse trabalho é o jornal, que tinha por objetivo informar seus leitores dos acontecimentos em âmbito local, nacional e internacional. Considerando o recorte temporal dos eventos que cercaram Afonso Coelho, os anos entre 1897 a 1917, um jornal se destacou como um dos que mais se debruçou sob os feitos do falsário: o periódico *Correio da Manhã*. As notícias sobre Affonso foram inicialmente apresentadas na coluna diária “Na policia e nas ruas”, que como o nome sugere, era redigida em pequenos trechos apresentando ao leitor os eventos criminosos ocorridos no dia anterior e dos desdobramentos de casos emblemáticos, porém, conforme o falsário Affonso ganhava notoriedade seus atos começam a figurar de maneira independente dos outros assuntos e com maior ênfase. Além de uma presença enfática de Affonso nas colunas do no jornal o *Correio da Manhã* nasce, segundo a historiadora Leric Garzoni (2011), com um perfil diferente dos jornais já estabelecidos:

Nesse trecho da carta de Bittencourt, há a menção ao modelo francês de jornal, o que contrariava o padrão seguido pelo periódico até então[...] Por ocasião da fundação do *Correio da Manhã*, em junho de 1901, a ideia de “fazer do jornal um órgão de colaboração” foi posta em prática. Assim, as colunas de honra do novo periódico seriam escritas pelos mais diversos colaboradores, mesmo que tivessem divergências irreconciliáveis: “desde o juriconsulto ao alto funcionário de vida inteiramente alheia às lutas partidárias; do monarquista de antiga fé inquebrantável até o republicano mais instigante e apaixonado, e, ao lado deles, o fino e puro artista”. (GARZONI, 2011, p.13)

Portanto é possível perceber que o Correio da Manhã surge com um novo conceito de estruturação da sua folha ao se estabelecer como “um jornal de colaboração” criando a possibilidade de críticas enfáticas às ações do governo e aos assuntos cotidianos. Porém não somente o Correio da Manhã será abordado, jornais como “A Notícia”, “Gazeta de Notícias”, “Jornal do Brasil”, “Jornal do Commercio”, “Gazeta de Notícias” também foram fontes nessa monografia, esses periódicos não vão ser vistos de uma maneira totalizante, mas darão pistas de como a imprensa se comportava no período.

Desvinculando de maneira sucinta do mundo dos periódicos outra fonte essencial do trabalho, apresentada como uma percepção das ações que se construíram sob as notícias de Affonso Coelho, é a revista “Vida Policial” que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1925 e 1927. A revista surge com o subtítulo: “hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário” demonstrando seu caráter diverso abrangendo notícias de crimes, textos sobre criminologia, artigos de opinião, crônicas e contos policiais:

Em Vida Policial, a publicação do conto e do folhetim criminais, e mais especificamente a do tipo policial, ocupava longas páginas e, desde o seu surgimento, criou um público assíduo. Genericamente, publicaram-se o conto e o folhetim "criminais" contendo estórias de crimes, distintos dos intitulados "policiais" ou "de mistério" caracterizados pela existência do personagem investigador, o detetive policial. Porém, ocasionalmente, um poderia estar inserido no outro. Importante dizer que os contos e folhetins policiais publicados na revista eram classificados pelos seus editores como romance policial. (SHIZUNO, 2011, p.15)

Esses contos e estórias policias estavam presentes na maioria das edições e entre a edição 22 e 63 a Vida Policial publicou o folhetim “A vida aventureira de Affonso Coelho”, um romance policial que se pretendia relatar a história de vida e as “peripécias” envolvendo o nome de Affonso Coelho. Considerando os aspectos das fontes e da forma que nos foi apresentada se mostra necessário uma análise mais elaborada sobre as motivações e interesses, no caso dos jornais nessa cobertura “in loco” e contemporânea aos eventos e a Vida Policial em rememorar, anos depois do ocorrido, das estórias de Affonso Coelho, ”a historiadora Tânia Regina Luca chama a atenção para o que se chama da imprensa como objeto e cita o seguinte:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (SODRÉ, 1965)

A ideia de Tânia e de Sodré é semelhante a que se pretende apresentar ao longo do trabalho: a independência do jornal em sua liberdade de pensamento respeitando suas características próprias, ou seja, o jornal como agente que influencia e é influenciado. Partindo dessa ideia o diálogo com o livro de Sevcenko “Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República” é extremamente rica. Sevcenko analisa um período turbulento de mudanças sociais, políticas e econômicas através da ótica de escritores atuantes no período. Em especial o livro trata de Euclides da Cunha e de Lima Barreto, o primeiro com a obras “Os Sertões” confronta uma realidade ignorada por muitos: um Brasil pobre e agrário. Lima Barreto por sua vez se debruça sobre o cotidiano do brasileiro urbano que iludido com a promessa de modernização republicana ocupa as ruas de uma nação ainda em formação. Em ambos os casos o agente que representa o meio urbano se mostra presente na tentativa de criar um processo civilizatório que sobrepuje e que estabeleça a nova ordem republicana e os jornais tiveram um papel importante como impulsionar de discursos.

Porém, apesar do trabalho se debruçar em uma figura específica o escopo que envolve as fontes se mescla com os diversos agentes envolvidos na fabulação do estelionatário Affonso Coelho. A proposta é o questionamento da figura de Affonso Coelho para esses jornais, que propõe a criação de um sujeito fantástico. Dessa forma parece estranho definir a figura de um homem através de olhares exteriores, afinal, os periódicos têm objetivos específicos e não limitam seus escritos ao real, podendo alterar eventos envolvendo-os em uma narrativa própria. É nesse espaço de questionamento que o trabalho se serve da análise do discurso para compreender as condições que o texto – como fonte escrita – se localiza no seu tempo e espaço:

[...] um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI, 1995, p.112)

Orlandi traz à tona a perspectiva de um texto vivo que atua em uma rede de conexões não se limitando ao seu conteúdo propriamente dito. O discurso ali presente

reverbera em diversas instâncias; para a historiografia que tem por virtude e tarefa primária o olhar ao passado a análise do discurso atua como uma lente de microscópio que nos permite enxergar algo que está oculto aos olhos a um primeiro momento, mas que com cuidado e com as ferramentas corretas salta aos olhos.

Nesse processo de compreensão do que seria o passado raramente as respostas são absolutas, quando adquirem essa condição é porque foram esgotadas as tentativas de investigação, dentro da paisagem que é a história, pois os olhos que a enxergam mudam as perspectivas. Portanto, como dito anteriormente, o espaço físico e mental que abrange esses eventos é importante na percepção social desses eventos, e aqui a cidade é um agente social importante para o desenvolvimento da estória de Affonso e da análise historiográfica desses eventos. Ao acrescentar os fatores que englobam a urbanização crescente da população carioca as alterações sociais e culturais se tornam cada vez mais latentes e complexas, a crescente população urbana que se acotovelava nas ruas da capital federal tem motivações diversas e percepções individuais ao passo de que se tornavam um gigantesco corpo único:

Enfim, a criação de um *sujeito universal* e a anônimo que é a própria cidade: como a seu modelo político, o Estado de Hobbes, pode-se atribuir-lhe pouco a pouco todas as funções e predicados até então disseminados e atribuídos a múltiplos sujeitos reais, grupos, associações, indivíduos (CERTEAU, 1998,p.173)

A criação de um “sujeito universal” de Certeau dialoga de maneira íntima com o caso de Affonso Coelho. Os crimes e acontecimentos de Affonso se tornaram atos romantizados, criados e recriados dentro desse espetáculo caótico que mistura personagens e circunstâncias. A cidade, construída e carregada nos ombros desses sujeitos que habitam é o grande palco desses eventos, influenciando e sendo influenciada.

Diante do exposto em tela esta monografia, no intento de cumprir a proposta delineada, foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo procura apresentar o panorama social e cultural da sociedade carioca no início do período republicano, tendo como ênfase, as atividades relacionadas aos jornais. A inserção dos periódicos como formadores de opinião se choca a uma nova percepção de tempo que surge na *urbis*, o fabrico das notícias cotidianas e a suposta modernização da sociedade são agentes de mudanças na forma de se consumir notícias. O aumento das tiragens e o surgimento de uma imprensa de opinião se relaciona com o interesse geral da população carioca para

com a notícia, as crônicas surgem como uma voz popular que é transportada para o papel e adentra no público e no privado.

O segundo capítulo está centrado na figura de Affonso Coelho, sua trajetória de vida e as ações criminosas delegadas a ele. Sua biografia, “O homem do cavalo branco” do escritor Ely Carneiro e o folhetim da revista “Vida Policial” denominado “A vida aventureira de Affonso Coelho auxiliarão em compreender quem foi Affonso para esses periódicos. Nesse sentido há um questionamento dos dados que foram utilizados pelos jornais sobre Affonso e a forma que essas informações biográficas foram apresentadas ao público em geral.

O terceiro capítulo faz uma leitura dos jornais, de modo a buscar como o discurso posto nas fontes selecionadas nesta pesquisa cria imaginários e representações sociais sobre o crime e seus arquétipos dos criminosos a partir dos eventos da vida de Affonso Coelho. Ademais há a análise das recepções e da percepção social dos crimes cometidos pelos estelionatários, em auxílio a esse tópico há o livro “Os ladrões do Rio” do delegado Vicente Reis, contemporâneo de Affonso Coelho, no qual há a tentativa de catalogar e tipificar os delitos que ocorriam na cidade.

Por fim a pesquisa demonstra como a fabulação sobre os eventos de Affonso e a reverberação deles ao longo dos anos demonstra uma característica marcante da imprensa brasileira do período na narrativa do crime. O caso de Affonso dá ênfase a alguns problemas sociais enfrentados no Rio de Janeiro após os primeiros anos do estabelecimento do regime republicano e demonstra como a imprensa carioca retratou parte do cotidiano.

CAPÍTULO 01

*Os homens vivem no mistério
das palavras conciliadoras*

A CIDADE DAS LETRAS

O Rio de Janeiro desde o início do século XIX se tornara a cidade mais importante do Brasil. No final do século já ostentava o título de maior do país e abrigava uma população heterogênea, era uma metrópole retrato de um país que ainda engatilhava rumo ao ideal de progresso pretendido pelas autoridades republicanas. Os primeiros anos após a proclamação da República no Brasil foram conturbados: levantes militares, crises políticas e econômicas deram a tônica do caminho que o país trilhava rumo ao século XX. A República, ao contrário do que muitos ansiavam, não era uma árvore de esperança sadia que cresceria próspera, na realidade se tornaria o ambiente no qual diversos grupos convivam e nem sempre de maneira pacífica. Em menor ou maior escala a luta diária dos cariocas seria pela sobrevivência perante um ambiente tão hostil como a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX.

Há então com a República a tentativa da modernização do Brasil a partir do meio social, e a elite política trata de dar novas formas ao projeto de Estado e de nação. Algumas dessas mudanças são bem-sucedidas: o projeto de urbanização da cidade, as mudanças dos símbolos nacionais e adoção do federalismo. Porém, fora do controle dos políticos e da elite social da época algumas mudanças orgânicas acompanham paralelamente o projeto de nação, alterando substancialmente o objetivo esperado:

[...] entre a cartilha republicana e a prática dos transeuntes havia, como mostram os cronistas da época, um nítido desnivelamento. E nesse descompasso entre a temporalidade do formal e a do cotidiano configurou-se a práxis da Vivência de uma nova ordem [...] cujo

resultado seria uma forma peculiar de modernidade, de urbanismo, de república (O'DONNELL, 2003, p.37)

Dentro desse contexto de uma “nova ordem” que surge de maneira espontânea nas ruas do Rio através da vivência social e cultural a sociedade carioca entra em embates diários nesse processo republicano de construção social. O mundo das ideias se mostrava como uma das alternativas de inserção dessa sociedade nos debates políticos e sociais que aconteciam, a ruptura com a monarquia abre novas expectativas de participação política e social:

[...] é preciso mencionar também a movimentação que se deu no mundo das ideias e das mentalidades. A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circulavam mais livremente ideias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar [...] de maxixe do republicano doido (CARVALHO, 2019, p.23-24).

O termo cômico utilizado por José Murilo de Carvalho exemplifica bem as expectativas para com um novo regime, o calor do debate de como seria edificada uma república tupiniquim permite o alvorecer das mais diversas interpretações e o opiniões. O abrir da janela referido por José Murilo de Carvalho renova o ar da sociedade brasileira e permite a expansão dos mais diversos pensamentos que buscavam representando política e social e acaloravam o debate na Primeira República. Dentro desse contexto um seguimento se destaca em busca do monopólio do debate: a imprensa escrita.

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes – essa expressão de Clóvis Rossi define bem a atividade jornalística. Compete ao historiador reconstruir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens (CAPELATO, 1988, p.13)

A citação de Capelato traz à tona esse debate da imprensa como fonte histórica, os jornais vão atuar como um guardião dos pensamentos de seu tempo, mais do que simplesmente informar os periódicos em si recai a eles a ideia de sujeitos históricos, atuantes diariamente no cotidiano da população brasileira, e em especial no período, da carioca. Dessa forma é interessante pensar que dentro do processo histórico os periódicos como fontes históricas ampliam o leque de análise em diversas frentes. Todo o material que constitui o jornal – de maneira física ou no campo das ideias – pode ser interpretado como fonte histórica. Notícias diárias, como as de óbitos ocorridos no dia anteriores são fontes ricas: pode-se confirmar a data de nascimento de uma figura específica, sua posição

social pela lista de presença em sua missa de 7º dia ou ajudar a compreender quais seriam os ritos fúnebres do período. Propagandas de certos produtos podem indicar o aumento do consumo interno ou o aumento de importações, anúncios de medicações indicam quais seriam as principais mazelas que preocupavam a população de determinado período ou descobertas de uma nova droga. Se atentando para os aspectos físicos mesmo o papel poderia se apresentar como fonte, o número de produção e dados de importação de papel são indicativos de uma indústria ligada à produção intelectual. Em síntese o jornal como fonte histórica é extremamente rico ao historiador que se propõe a tratar das relações sociais e culturais de um período.

Na chamada “República dos Bacharéis” de Lima Barreto os jornalistas e escritores vão encontrar nesses periódicos um espaço para expressar através de textos seus pensamentos permitindo ao historiador acessar parte dessas intenções transferidas para o papel. As crônicas e os artigos de opinião se multiplicam pelos jornais, o que indica uma valorização dos acontecimentos corriqueiros do cotidiano, a opinião pessoal personifica os cronistas. João do Rio, Orestes Barbosa, Lima Barreto e outros se destacam nesse aspecto vivenciando uma cidade cosmopolita como o Rio de Janeiro, nesse ambiente de constantes mudanças os jornais vão ter de se adaptar para acompanhar o bonde da história. Em um contexto de inserção do Brasil em um modelo de industrialização da vida política e social somente as notícias políticas e econômicas não seria suficiente para convencer a população a consumir determinado jornal e as crônicas serão ferramentas para o acesso à essa população. A busca pela notícia e da popularização dos periódicos inicia a luta, conforme cita Capelato, pelos corações e mentes:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. [...] onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis.

Para tanto, mais do que somente incluir artigos de opinião os periódicos vão se adaptar com os avanços tecnológicos na área das informações, o telégrafo encurtou para a casa dos segundos o acesso à informação, os cabos submarinos permitiram a cobertura diária de acontecimentos em outros continentes e a noção do tempo é alterada drasticamente:

As tecnologias capazes de fornecer uma dimensão à concepção temporal e espacial são decisivas na conformação do novo mundo simbólico que emerge naquele final do século. [...] As descrições e a

possibilidade de ver em imagens lugares longínquos e figuras exóticas mudam gradativamente a percepção de outro, agora visível, e antes apenas imaginado. A possibilidade de saber o que se passa no mundo em poucas horas constrói gradativamente nova espacialização. O mundo se torna mais compacto. A temporalidade ganha nova dimensão (BARBOSA, 2007, p.23).

Como dito anteriormente, a criação desse novo mundo simbólico encontra no Brasil um país em mudança, no qual as relações sociais, apesar de presentes em tempos anteriores, estão em xeque desde o fim da monarquia. A queda do poder da antiga elite imperial, a ascensão dos militares e demais civis republicanos ao poder trouxeram novos personagens aos cargos decisórios. Dentro desse contexto o espaço da cidade, da *urbis* é preenchido por uma população heterogênea e cosmopolita, ávida e maravilhada pelas novas tecnologias e pelos bens de consumo importados do velho mundo. Rapidamente os novos costumes sociais alteram de forma latente a sociedade carioca tendo na figura dos jornais um agente difusor das “novidades”:

Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas [...] Com muita brevidade se instala uma rotina de hábitos elegantes ao longo de toda cidade, que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo (SEVCENKO, 1983, p.56-57).

É necessário se pensar que o Sevcenko explicita aqui não é uma novidade baseada simplesmente na cidade (ou na sua expansão) mas em um processo histórico que encontra no ambiente urbano um terreno fértil para se desenvolver. O trecho permite um questionamento pertinente: momentos de ruptura e ou de “regeneração”¹ não seriam espaços propriamente de mudança? Alguns aspectos que ganham o debate na República seria a concepção de moderno, mas há uma disputa no campo das narrativas substancial sobre as reais rupturas da República para com a Monarquia que colocaram em xeque o aspecto revolucionário da proclamação da república. Sevcenko (1983) ao falar sobre o movimento republicano o diferencia da independência no seguinte aspecto:

pois “[...] período da Independência, em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos [...], e manifestavam ‘um desejo de ser brasileiros’, [...] no período estudado, essa relação se torna de oposição, e o que é manifestado podemos dizer que é ‘um desejo de ser estrangeiros’”.

¹ Termo utilizado por Sevcenko

Ou seja, para Sevcenko a República traz a noção de que “sociabilidade” citada tende a ser baseada em uma lógica de produção e consumo, em um processo vertical de “cima para baixo”, ou seja, da elite para o povo, a burguesia seria aqui não uma força de ruptura, mas sim de uma continuidade que construída a partir de modelos externos pautada em uma ideia de consumo e não de pertencimento. A ideia de Sevcenko não parece abstrata pois Lima Barreto, na crônica “A Estação” faz um comentário sobre a dinâmica de consumo das jovens suburbanas:

Hoje, nenhuma suburbana pobre ou remediada se zangará com quem lhes disser que ela se veste no ‘Paquin do Méier [...] As lojas de primeira ordem copiam os das grandes casas das primeiras cidades do mundo; e as dos arrabaldes e subúrbios por sua vez, copiam os dísticos daquelas .(BARRETO, 1922 *apud* SCHWARCZ, 2017, p. 291)

O trecho corrobora com o pensamento da Sevcenko: para os moradores dos subúrbios a máxima empregada era emular da sua maneira os costumes estrangeiros da elite urbana. Lima explicita também que a questão da ascensão social está presente no cotidiano inserida em uma perspectiva de consumo. Esses espaços sociais estavam em constante interação, as lojas mais simples “copiam” os modelos das lojas mais prestigiadas para trazer, a um preço acessível, produtos famosos ou “da moda” para uma população que quer se inserir nesse processo. A classificação de Sevcenko de que na população brasileira havia um “desejo de ser estrangeiro” está intimamente ligada com a mudança empregada na vida pública e privada, almejada – e difundida – pela burguesia desde os anos finais do Brasil Império:

ao refletir sobre essa constituição da vida social que, nos meios burgueses da época, é apresentada pela autonomia de uma vida privada e familiar, distinta da vida pública, Mary Del Priore afirma que essa clivagem está ligada à instauração de relações de produção capitalista das quais a burguesia era a detentora. Tais relações levaram à separação dos espaços de produção das condições materiais de vida, dos espaços de reprodução da existência. [...] Dessa forma, o espaço privado identificou-se, rapidamente, como espaço familiar e doméstico e o público como espaço de produção, do trabalho, da produção, da política, do cidadão (IAMASHITA, 2009, p.47)

Definido as áreas de influência da vida pública e privada a modernização apresentada está ligada, em um primeiro momento, ao mundo público pois é nele que as novas interações acontecem e onde a lógica de consumo se apresenta. Exponente dessa premissa, o jornal se apresenta como a ferramenta mais efetiva de inserir um debate

público no seio privado. Esses jornais anunciam produtos vindos da Europa procurando atingir a alta burguesia, mas há também anúncios de “roupas baratíssimas” e de grandes liquidações, indícios de uma ligação íntima dos jornais com seus mais diversos públicos². Esses anúncios indicam duas realidades: o jornal necessitava desses anunciantes para manter suas atividades e seus anunciantes corroboravam com o conteúdo desses jornais, apostando e reforçando a capacidade desse meio de divulgação de adentrar na mente do público. O interlocutor aqui – os jornais – procuram atingir os mais diversos nichos, a capacidade do consumidor do jornal em entender o que o periódico está pretendendo é importante, mas para que seja possível o processo de diálogo com um público uma característica social da população carioca se torna essencial nessa lógica de consumo: a taxa de alfabetização.

1.1 Decifrando códigos: leitores na cidade do Rio

Diversos são os debates acerca da taxa de alfabetização dos cariocas, mas sabe-se que através de trabalhos historiográficos e de leitura de fontes que havia um número considerável de pessoas alfabetizadas no Rio de Janeiro, muitas delas tendo acesso a um ensino formal:

Nos anos 1870 o número de escolas públicas criadas na corte passou de 45 para 95 já no final da década. Novos projetos educacionais foram introduzidos por associações e sociedades particulares, leigas e religiosas. Nessa época, ainda, o governo imperial construiu os primeiros prédios escolares, com dimensões e formatos arquitetônicos mais apropriados, edificadas para abrigarem de quinhentas a seiscentas crianças (SCHWARCZ, 2017, p.59)

O trecho retirado do livro “Triste Visionário”, da historiadora Lília Schwartz, pontua o assunto ao tratar da escolaridade dos pais do escritor Lima Barreto, Amália Augusta e João Henriques e nos demonstra uma expansão do ensino durante o período imperial, cabe ressaltar que tanto o pai (Afonso) quanto a mãe de Lima (Amália) eram descendentes de escravizados e puderam alçar posições sociais de certo prestígio, o pai de Lima sendo administrador da colônia de alienados e a mãe sendo uma professora primária. Os censos de 1890 e 1906 nos permite acessar dados interessantes, o primeiro apresenta a informação de que 48% da população era analfabeta, mas pondera que dentro desse número estão contabilizadas as crianças de 0 a 7 anos. Subtraindo essa população do número total de 250.633 analfabetos o número de analfabetos acima dos 7 anos seria

² As informações aqui citadas podem ser encontradas no link: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/5. Acesso em: 05/02/2022

de 116.412 pessoas, totalizando cerca de 32% da população total. Portanto, em síntese, 2 em cada 3 habitantes do Rio de Janeiro em 1890 eram alfabetizados. No censo de 1906 a taxa de analfabetismo era de 40,2% considerando a população absoluta, os censores indicam uma melhora com o censo de 1890: “[...] convém salientar o facto, de, nestes últimos dez anos, elevar-se a mais do dobro a matricula de alunos nas escolas públicas”³. O trecho demonstra uma preocupação com o número de analfabetos e exalta certas políticas públicas para a formação de novos leitores, esse processo não deixou de ser visto pelos jornais, em especial nos artigos de opinião.

Na crônica *A Alma Encantadora das Ruas*, João do Rio descreve assim o mercado de livros na cidade:

Os vendedores de livros são uma chusma incontável que todas as manhãs se espalha pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe aos morros, percorre os subúrbios, estaciona nos lugares de movimento. Há alguns anos, esses vendedores não passavam de meia dúzia de africanos, espaçados preguiçosamente como o João Brandão na Praça do Mercado. Hoje, há de todas as cores, de todos os feitios, desde os velhos maníacos aos rapazolas indolentes e aos propagandistas da fé (RIO, 1908, p.29)

Paulo Barreto, o cronista João do Rio, deixa suas percepções sobre essa crescente busca de materiais de leitura pela população exemplificado no aumento do comércio dos livros, o que corrobora com o incremento da leitura ou pelo menos do interesse pelos livros. Mas o cronista também discorre que as leituras permanecem as mesmas:

“Os livros, porém, de grande venda ficam sempre os mesmos. Nós não gostamos de mudar em coisa nenhuma, nem no teatro, nem na paisagem, nem na literatura. É provável que o divórcio tenha caído por esse inveterado e extraordinário amor de não mudar, que nos obceca”

Portanto para João do Rio, a paixão pela leitura do brasileiro não tende a mudar e expõe, ao seu ver, uma característica do brasileiro: a paixão pela permanência e um gosto por uma literatura tradicional. Analisando a situação pelos pormenores percebe-se que em um contexto no qual o mercado editorial brasileiro não era expressivo⁴ a busca por materiais de leituras tradicionais, conforme cita João do Rio, não parece ser um sintoma crônico da falta de interesse do leitor brasileiro, mas sim um cenário construído pelas circunstâncias. Procurando uma forma de sobrevivência os literatos tentavam outras

³ Mensagem do prefeito ao Conselho municipal em 4 de maio de 1907, páginas 10 e 65 a 66, *apud* Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>> Acesso em: 09/02/2022.

⁴ O historiador André Luiz Pereira indica em sua dissertação “Para uma História Social de *O cortiço*” que a média das tiragens das obras não passava de 800 exemplares em 1880 (p.42,2020).

formas de se apresentar ao público, obras clássicas como o Ateneu foram primeiramente apresentadas na forma de folhetins para depois serem publicadas como livros. Dentro desse processo os periódicos se inserem absorvendo a nova leva de escritores e abrangem o acesso do público aos novos escritos:

“a *Gazeta* [...] tem como principal característica o destaque que dá à literatura, de maneira geral, e aos folhetins particularmente. Nesse jornal, Machado de Assis escreve os seus “Bons Dias e Boas Noites”, desde 1882. Publica também crônicas de Olavo Bilac e de Arthur Azevedo. Entre seus colaboradores figuram Raul Pompeia, Silva Jardim e Adolfo Caminha, com as “Cartas Literarias”(BARBOSA, 2007, p.28)

Mas para alguns nem a diversificação dos materiais de leitura indicavam uma melhoria no consumo dos materiais de leitura. No dia 19 de julho de 1895 no jornal “A Notícia” um cronista que assina seu escrito com a letra “V” deixa as seguintes impressões sobre o assunto:

A população do Rio de Janeiro é computada sem exaggero em 800.000 almas – incluindo as damndas e do diabo. Entretanto, só mantem nove jornaes diarios, a maioria dos que não têm ainda a vida ganha; e d’esses jornaes o que tem a maior tiragem – dando por exactas as suas proprias informações - não tira mais de trinta e cinco mil exemplares.⁵

A crônica completa trata do desinteresse do brasileiro para com a leitura e das altas taxas de analfabetismo no Rio de Janeiro, porém, é perceptível no trecho acima um viés sensacionalista na fala de “V”. Percebe-se que uma das informações mais latentes do trecho é de que haviam (considerando a fala do autor) nove jornais de grande circulação que possuíam a tiragem de até 35.000 exemplares. Em um exercício comparativo, considerando esse número, seriam 280.000 jornais em circulação diariamente. Número expressivo comparado a uma população total de 522.611 cariocas e de alfabetizados de 264.925. Ou seja, considerando as informações apresentadas por “V” as tiragens diárias superavam o número da população alfabetizada, sabendo que haviam diversos jornais com publicações diurnas e noturnas pode-se presumir que um único indivíduo poderia consumir mais de um jornal diariamente, o que traz à tona o questionamento do acesso a esses jornais, afinal, qual era o perfil econômico de quem acessava esses periódicos? Esse exercício não pretende estabelecer números gerais do consumo dos jornais e sim especular, o acesso a esses jornais. Porém, mais do que o número total de tiragens desses jornais talvez o que mais pese era a capacidade de se consumir esses conteúdos, visto que o jornal era um veículo de notícias pago, consumido quase que diariamente.

⁵ Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/467><. Acesso em: 09/02/2022.

Adentrando de maneira tímida no debate do consumo foi possível perceber que o preço pago nas edições dos jornais era de certa forma acessível, Barbosa explicita: “jornal barato e popular, desde os anos 1880, a Gazeta custa, quando do seu aparecimento em 2 de agosto de 1875, 40 réis o número avulso”, em nota de rodapé esclarece que o valor de 40 réis equivaleria a passagem de bonde mais barata da cidade. Em 1910 os valores parecem ter acompanhado os valores do bonde, em uma pequena crônica na revista *Careta*⁶ há a citação de que o valor da passagem de bonde seria de 200 réis, valor similar à edição avulsa do *Correio de Manhã*. É pertinente citar que a relação de valores entre a passagem de bonde e dos jornais é um dos diversos indícios da presença dos periódicos no cotidiano dos habitantes das cidades e da dinâmica de consumo dos jornais. Na edição do dia 05 de abril de 1905 o jornal *Correio da Manhã* em matéria tratando da exploração da energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro diz o seguinte: “o preço de cada passagem de bonde é de 250 réis (o mesmo preço - é bom de notar - pelo qual se vendem os jornais avulsos naquela terra) ao passo que em S. Paulo o preço é de DUZENTOS RÉIS”⁷. Além do preço os jornais buscavam novas formas de conquistar novos leitores, o *Correio da Manhã* aposta em acessar seu consumidor estabelecendo uma linguagem mais acessível:

[...] podemos observar estratégias diferenciadas para se dirigir aos leitores. Na campanha das carnes verdes, temos a impressão de que a linguagem das notícias policiais invadia os artigos. Recheados de denúncias, ofensas, descrições de cenas e críticas às autoridades, esses textos poderiam ser lidos - e facilmente compreendidos - pelos mais variados leitores. (GARZONI, 2011. p.172)

As notícias policiais parecem ter sido a ferramenta mais utilizada para atingir a população alfabetizada com menor poder aquisitivo, uma linguagem acessível e um assunto tão real e assustador quanto o crime teve um papel essencial para transformar leitores em consumidores dos jornais. A tendência observada, no caso do *Correio da Manhã*, foi o aumento das notícias policiais em detrimento da característica literária do jornal:

O *Correio da Manhã* passa a ser fundamentalmente um jornal informativo nos dias de semana e literário aos domingos. Paralelamente, o noticiário policial invade em manchetes, inicialmente em corpo 18, mas já nos anos seguintes em ate corpo 48, as suas primeiras páginas. Logo abaixo da manchete o resumo da notícia, em pequenos títulos entrecortados, anuncia o novo estilo do jornalismo sensacionalista [...] O estilo entrecortado do texto faz supor um leitor titubeante seguindo as letras impressas das notícias de crimes e tragédias do cotidiano que se espalham, por todo o jornal. (BARBOSA, 2007, p.43)

⁶ Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2240>>. Acesso em 09/02/2022.

⁷ Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/7846>. Acesso em 11/02/2022.

Analisar esses aspectos dos periódicos e das notícias criminais acrescentam informações necessárias para o efetivo exercício da interpretação da fonte histórica, o que foi construído a partir da narrativa de Affonso está intimamente ligado ao consumo dos jornais, ao perfil dos leitores e ao espaço dentro do jornal no qual é retratado. Dessa forma é necessário compreender a construção da narrativa nesses jornais se atentando para os detalhes presente nas fontes; o jornal é entendido como parte do processo histórico experimentado pela população brasileira do período, Barbosa: “A produção da interpretação, está, pois, intimamente relacionada à conformação de um espaço social. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia [...] que se conformam com um fluxo (antes e depois)” (2007,p.15). O antes aqui, sem a presença desses jornais, limitava o crime a uma observação individual dos agentes inseridos no ato do crime – vítima, autor, testemunhas oculares e agentes policiais – e posteriormente no rito judicial que viria a ocorrer, porém, as notícias policiais alçam o crime e o criminoso a um patamar de publicidade extrema e que as atitudes do criminoso estão sob julgo dos jornais e da sociedade. É importante esclarecer esse ponto pois a visão sobre o indivíduo é alterada de tal forma que a trajetória de vida do criminoso é reescrita e em todos os capítulos da sua vida há a estigma do crime.

CAPÍTULO 2

*A beleza provoca o ladrão
mais do que o ouro*

UM SERTANEJO ATÍPICO

Conforme demonstrado no começo dessa monografia os acontecimentos da vida de Affonso Coelho o transformaram em um personagem de diversas reportagens e notícias nos jornais ao longo da Primeira República. Porém, antes dos feitos ocorridos no Rio de Janeiro e do surgimento do grande personagem estelionatário Affonso Coelho, houve a tentativa por parte do autor Ely Carneiro de desenhar uma nova forma de representar o célebre *scroc*: a trajetória individual aquém da vida de crimes. Como todos os homens Affonso possuía diversas facetas, algumas publicizadas, outras que se perderam ao longo do tempo; as que sobrevivem hoje são fragmentos das próprias percepções externas, sendo sua história contada majoritariamente por terceiros. Para compreender esse processo, retomemos alguns episódios atribuídos à vida de Affonso, desde seu nascimento à fuga do cavalo branco.

Ely Carneiro, o autor do livro “O Homem do Cavalo Branco” descreve que Affonso Coelho de Andrade nasceu em 1875 na cidade de Catalão em Goiás⁸. Affonso teria nascido em uma família de posse que migrara de Minas Gerais para o sudeste de Goiás. Essa migração teria ocorrido em um contexto de fim da mineração nas Minas e busca de terras férteis à margem do rio Parnaíba, essa migração permitiu que as relações familiares da família de Affonso se estabelecessem nas províncias de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. A ligação com o Mato Grosso é traçada através do suposto avô de

⁸ PAIVA, Ely Carneiro de. O homem do cavalo branco: uma história policial da belle époque carioca – romance-reportagem. Documenta Histórica. Rio de Janeiro, 2012, p.25.

Affonso, Antonio Teodoro de Carvalho, um capitão dono de terras na cidade de Coxim, no atual território de Mato Grosso do Sul. Das diversas citações que Carneiro faz acerca das origens de Affonso Coelho somente uma possui lastro documental: um encontro que teria acontecido entre o avô materno de Affonso Coelho e o futuro Visconde de Taunay, Alfredo de Taunay:

Seu avô, o capitão Antonio Teodoro de Carvalho, foi um dos primeiros pioneiros daquela região belíssima, porta de entrada do Pantanal [...]. Antonio Teodoro (1810 – 1876) foi um personagem importante na Guerra do Paraguai, tendo hospedado em sua casa o jovem tenente Alfredo de Taunay, futuro Visconde, quando marchava a caminho de laguna pela Força Expedicionária Brasileira (CARNEIRO, 2012, p.29)

O livro “Dias de Guerra e de Sertão” compilado pelo filho do Visconde de Taunay, Afonso de Taunay, tem por objetivo narrar a ida do Visconde à Guerra do Paraguai como membro da Comissão de Engenheiros. Alfredo de Taunay foi responsável por redigir o relatório geral da expedição desde Santos até a vila militar de Miranda. A narrativa do livro de Taunay é rica em detalhes, em especial das dificuldades que a tropa enfrentara ao longo do caminho, portanto o autor descreve com carinho sua estadia na casa de Antonio de Carvalho:

Era ele um espirito livre e só me citava As Ruínas de Volney e a obra do Barão de Holbach. Uma vez, conversávamos com animação e me puz a combater as suas idéas materialistas e irreligiosas. De Repentem por traz da parede que não ia até o tecto, ergueu-se uma voz: “Deus abençoe a quem falla assim. Sem duvida é algum padre. Convença esse homem das suas heresias!...” Ahi o Carvalho abaixou a cabeça em com gesto risonho “E! a mulher, coitada, tem um medo que se pella das minhas idéas!” (TAUNAY, 1920, p.30)

O autor do livro “O Homem do Cavalo Branco” cita esse diálogo e toma a liberdade de adicionar possíveis linhas de diálogo que não estão presentes no livro de Taunay e que indicam uma proximidade entre o avô de Afonso Coelho e Taunay. O que se sabe é que o encontro entre o Capitão e o futuro Visconde não foi o único, conforme cita o próprio Alfredo de Taunay, anos depois ambos iriam se encontrar na cidade de Vassouras⁹. O diálogo ocorrido na casa de Antônio revela algumas informações interessantes, o avô de Affonso Coelho apesar de ser um homem do sertão era “letrado” e apreciava leituras densas: “As Ruínas de Volney” é na realidade a obra “As Ruínas de Palmira” na qual Volney “proclama um ateísmo tolerante, liberdade e igualdade” em um ensaio histórico que levou a inclusão da leitura no Índice de Livros Proibidos pela Igreja Católica em 1846. Por sua vez, apesar de não ter citação nominal, as obras do Barão de

⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escragolle Taunay. **Dias de guerra e de sertão**. Edição da “Revista do Brasil”, 1920, p.32.

Holbach são de cunho materialista e ligadas ao iluminismo francês, ideias progressistas para um país agrário e católico como o Brasil. É perceptível então, pelas leituras que o avô de Affonso Coelho e pelo diálogo com o Visconde de Taunay, que Antônio teria recebido algum grau de instrução educacional. Considerando como verdadeira a patente de capitão Antonio de Carvalho teria de ter participado do curso de formação de Alferes da Escola Militar. Tendo como referência o ano de 1845 o candidato a Alferes, segundo o decreto nº 404 de 1845¹⁰, teria de cursar 14 (catorze) cadeiras divididas em 07 (sete) anos de estudos. Dentro os mais diversos assuntos tratados ao longo do curso de formação, estavam presentes na grade curricular princípios de direito natural, química e física experimental. Em uma realidade em que havia pouca ou nenhuma instrução educacional estar inserido em um ambiente que houvesse parentes alfabetizados conferia à família uma distinção social e por vezes econômicas das demais. As características apresentadas ao leitor por Ely Carneiro, incluindo o diálogo entre Antônio Carvalho e Taunay, e se apresenta como uma tentativa de confirmar uma herança erudita atribuída a Affonso Coelho desde a infância:

O pequeno Affonso [...] já revelava inclinações bem diferentes daquelas de seu meio [...] desde cedo, era seu interesse apaixonado pelo sagrado e pelo místico. Adorava os rituais da Igreja [...] o mais intrigante de tudo é que o menino era curioso também pelos significados da religião e da filosofia (CARNEIRO, 2012, p.47).

Portanto Affonso é visto, pelo autor, desde muito cedo como um jovem cheio de ambição e de inteligente acima da média, seguindo um caminho diferente da vida sertaneja do trabalho braçal, se apresentava como um prodígio que surgira nos confins do sertão. Carneiro (2012) cita ainda que com cerca de 06 anos Affonso aprendera a ler e escrever através de histórias lidas a ele por um caixeiro-viajante:

Toda essa devoção e curiosidade do garoto puderam, enfim, encontrar uma válvula de escape, quando Affonso descobriu o maravilhoso poder das letras, a magia da leitura, numa terra em quase totalidade das pessoas era composta de analfabetos. A assombrosa façanha de aprender a ler, naqueles sertões, aos 6 anos de idade (CARNEIRO, 2012, p.49).

É interessante e singular a forma como Affonso é retratado, a narrativa construída até esse momento ainda apela para o fantástico e para o acaso. Affonso é apresentado como talento a ser lapidado e para tanto teria seguido uma trajetória educacional também condizente com esses atributos. No ano de 1881 ainda com 06 anos Affonso teria sido

¹⁰ DECRETO N. 404 - DE 1º DE MARÇO DE 1845 – Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/387460/publicacao/15634152>>. Acesso em 03/03/2022.

matriculado no 2º Liceu Uberabense, na cidade de Uberaba, em 1884 foi estudar na conceituada Escola Normal de Paracatu e por volta de 1887 fora matriculado como aluno no Liceu Mineiro na então capital da província de Minas Gerais, Ouro Preto.

Uberaba por volta de 1880 se apresentava como uma das principais cidades do Triângulo Mineiro, localizada na região conhecida como Sertão da Farinha Podre, compreendida atualmente entre as regiões do Alto Paranaíba e o atual Triângulo Mineiro. Sua influência abrangia diversas regiões, incluindo o próprio Triângulo Mineiro, oeste de Minas, Paracatu, sul de Goiás e partes do Mato Grosso (OLIVEIRA, 2018). É interessante citar que Uberaba, assim como algumas cidades do Triângulo Mineiro, não se consideravam parte da “Minas histórica” fomentando um movimento próprio que rejeitava a “mineiridade” e reivindicando uma “triangulidade”:

A triangulidade é o sentimento identitário que designa seu portador como um sujeito híbrido, detentor das boas características do mineiro – laboriosidade, honestidade, hospitalidades, cultura e inclinação à arte –, que se apropriou do espírito empreendedor dos geralistas, e que, enfrentando o desconhecido [...] o triangulino ressalta que a despeito da negatividade do sertão, conhece os princípios da modernidade e civilidade, expressos no processo de construção do urbano como a emancipação de arraiais e vilas, a instalação de serviços, o comércio e a relação com outras regiões. (DANTAS, 2015, p.138)

A percepção de que o triângulo mineiro teria atingido um nível de desenvolvimento social ligado a um processo urbano, serviços públicos e particulares se mostra verdadeira., tanto pela atuação do estado quanto pela tentativa de se estabelecer como um ponto de referência na localidade. Economicamente Uberaba se localizava na intersecção de dois eixos econômicos “um, situado a leste, onde se encontravam as regiões mais antigas e povoadas da capitania de Minas e outro, na estrada que ligava São Paulo à Goiás e ao Mato Grosso” (OLIVEIRA, 2015, p.77). Situada nesse ponto de intersecção das rotas Uberaba ainda se apresentava como escoadora do sal que era transportado para São Paulo e Rio de Janeiro.

A proeminência de Uberaba também se apresenta quando o assunto é a educação. Em 28 de março de 1835 foi criada a primeira lei orgânica do ensino primário, a Lei nº 13:

a Lei nº 13 dividiu a Província em 15 Círculos Literários, aos quais, posteriormente, foi acrescido mais um, chegando ao número de 16. Cada um desses Círculos Literários era chefiado por um Delegado do Governo e seu território abrangia uma extensão mais ou menos ampla, de acordo com a densidade populacional da região. As sedes dos Círculos Literários

ficavam nas cidades ou vilas mais importantes (MOURÃO, 1959, p. 11 apud OLIVEIRA, 2015, p.63).

A Lei nº 13 de 1835 estabeleceria então que Uberaba seria a sede do 12º Círculo Literário, importante frisar que Uberaba somente seria elevada à condição de vila em 1836, até então Uberaba era uma freguesia, esses dados reforçam a importância da localidade nesse contexto que envolvia três províncias do então Império do Brasil. Ainda sobre a lei nº 13 de 1835 percebe-se que Uberaba possuía ao menos uma escola de instrução primária, mas como sede de um círculo literário é provável que possuísse escolas públicas de 3º grau:

Art. 1º A Instrução primária consta de dois graus: no 1º se ensinará a ler e escrever, e a prática das quatro operações aritméticas; e no 2º a ler, escrever, aritmética até as proporções, e noções gerais dos deveres morais e religiosos. Art. 2º O Governo estabelecerá Escolas Públicas do 3º grau nas Cidades e Vilas, em que o julgar conveniente; e do 1º em todos os lugares, em que, atenta a população, puderem ser habitualmente freqüentadas por vinte quatro alunos ao menos. (Província de Minas Gerais, 1935)

Considerando a eminência e importância da cidade a ida de Affonso a Uberaba para frequentar o Liceu parece ter sido a escolha mais compreensível, visto que além dos aspectos elencados acima citados a família de Affonso possuía ligações íntimas com a localidade¹¹. Assim parece plausível que Affonso em 1881 alçado à condição de estudante primário em algum estabelecimento de ensino em Uberaba. Tanto a crônica apresentada no 1º capítulo como alguns trechos do livro de Ely indicam uma quantidade diminuta de brasileiros alfabetizados¹² e os números referentes a Minas Gerais indicam uma situação precária ao tratar do tema educação nos últimos anos do Império.

O censo nacional de 1872¹³ dita que Minas Gerais teria 31908 estudantes (considerando homens e mulheres entre os 06 e 15 anos) ao passo de que 237836 não frequentavam à escola. Ou seja, somente 13,41% da população mineira em idade escolar estava matriculada nas instituições de ensino e as taxas de frequência tende a ser mais baixa ainda. Dos 35580 alunos recenseados no ano de 1881 em Minas Gerais somente 20074 frequentavam regularmente as aulas¹⁴, um número que indica que o acesso à

¹¹ Ely Carneiro cita que Dolores Coelho da Cunha Campos, figura notória da cidade, era prima de Affonso, seu marido, Alexandre Cunha Campos foi vereador e fundador da empresa telefônica da cidade, importador de gado e fundador da maior rede de drogarias do interior do Brasil.

¹² O Rio, conforme exposto, experimentava um cenário diferente das demais localidades brasileiras.

¹³ DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. Recenseamento do Brazil em 1872.

¹⁴ FARIA FILHO, L.M de, RESENDE, F.M. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: Os Relatórios dos Presidentes da Província. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, nº2, jul/dez 2001. P. 87-88 apud ANDRADE, Renata Fernandes Maia de et al.

educação formal era extremamente limitado e reservado à uma elite que teria condições financeiras de custear a educação de seus filhos. A ida de Affonso a Uberaba, Paracatu e a Ouro Preto podem indicar a origem abastada de Affonso Coelho ou um esforço enorme de sua família para que o jovem tivesse acesso à educação formal. Pouca informação foi encontrada sobre os dados educacionais de Affonso Coelho, mesmo Ely Carneiro apresenta somente a informação de que mesmo teria sido matriculado no 2º Liceu de Uberaba aos 06 anos, aos 09 fora para a Escola Normal de Paracatu e aos 11 ingressou no Liceu Mineiro, em Ouro Preto.

Ao que se refere ao primeiro período, 1881, há um certo conflito entre os dados encontrados. Nesse mesmo ano de 1881 duas escolas foram fundadas em Uberaba: o Segundo Liceu, instituição particular de ensino e a Escola Normal de Uberaba¹⁵ criada pela lei provincial nº 2.783, de 22 de setembro de 1881. Em seu artigo primeiro a lei provincial dizia: “É criada uma escola normal na cidade de Uberaba, destinada à preparação de pessoas que se destinarem ao magistério” (SAMPAIO, 1971, p. 381 apud OLIVEIRA, 2018, p.89). O 2º Liceu era uma escola de formação de novos magistérios e não de ensino primário, ou seja, dificilmente nosso personagem teria frequentado a Escola Normal de Uberaba. Poderia o pequeno Affonso ter se matriculado nessa instituição de outra maneira? As possibilidades mingam conforme análise feita sobre o assunto, o Regulamento nº 84 de 21 de março de 1879 que trata sobre o ingresso nas escolas normais traz a seguinte determinação:

Art. 106º - Ninguém poderá ser matriculado no curso sem ter provado: 1º ser maior de 16 anos; 2º estar isento de crimes, e ser de costumes puros; 3º ter boa constituição física, e não sofrer moléstias que o inabilitem para o magistério; 4º saber catecismo da doutrina cristã, ler e escrever correctamente, o fazer expeditamente as quatro operações fundamentais de arithmetica em números inteiros [...].”¹⁶

Portanto, por mais que haja a possibilidade de Affonso ter sido aluno do 2º Liceu Uberabense, escola particular, e lá ter recebido algum grau de instrução é improvável que Affonso tenha conseguido burlar tantas exigências e se matriculado tão jovem na Escola Normal de Uberaba tão pouco na de Paracatu ou o Liceu Mineiro em Ouro Preto,

Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007.

¹⁵ OLIVEIRA, André Luís. A escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano. 2018.

¹⁶ COLEÇÃO DE LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Livro da Lei Mineira. Regulamento nº 84 de março de 21 de março de 1879. Arquivo Público Mineiro (APM) apud ANDRADE, Renata Fernandes Maia de et al. Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007.

instituições semelhantes à Escola Normal de Uberaba. Portanto não me parece pertinente considerar os escritos do autor como parte de um esforço biográfico e sim como ecos de uma narrativa que foi criada sobre Affonso.

Aparentemente as origens de Affonso interessaram os leitores ao longo do tempo, o assunto iria surgir novamente na forma de um questionamento à revista “Vida Policial”. Na edição 19 publicada em 18 de julho de 1925 há a seguinte afirmação: “Affonso Coelho chamava-se Affonso Coelho de Andrade e era natural do Estado de Goyaz”¹⁷. Esse trecho se localiza na sessão de correio da revista e é uma resposta a um leitor identificado pelo pseudônimo de “leitor constante”, levando a entender que o nome e o local de nascimento de Affonso foram questionados pelo leitor. Novamente, o nome do estelionatário se apresentava como um sinônimo de uma história interessante e ainda viva na mentalidade de parte da população carioca, essa memória tomou forma no folhetim publicado pela revista Vida Policial chamado “A vida aventureira de Affonso Coelho”:

“A vida aventureira de Affonso Coelho”, escrita por Several, misterioso escritor cuja identidade é desconhecida, foi publicada pela revista Vida Policial do início de agosto de 1925 ao final de maio de 1926. Esse folhetim foi o segundo texto mais publicado na revista □ sendo o primeiro as histórias de investigações do professor Barrios, criação de Cláudio de Mendonça □, o que nos leva a crer na repercussão positiva desses folhetins, tanto que o personagem central foi capa da Vida Policial (SHIZUNO, 2011, p.114)

Tomando parte nessa narrativa do que seria a história de Affonso a revista começa a publicação da “A vida Aventureira de Affonso Coelho” na edição número 22 datada de 08 de agosto de 1925. A primeira parte da história apresenta uma breve descrição da biografia de Affonso, onde nasceu e sua tendência às “aventuras”. Ainda na primeira edição retrata como teria sido a ida de Affonso para São Paulo, o caminho é descrito como tortuoso até sua chegada à estrada de ferro. Diferente do ocorrido com os periódicos que deixam transparecer com maior clareza a vertente “criminosa” de Affonso a narrativa inicial presente nas primeiras páginas do folhetim apresentam um sertanejo que anseia pela vida nas cidades e que maravilhado pelas possibilidades se interessava pelo caminho que estava por vir:

Como que desejando ver nitidamente tudo que ouvira, o pequeno Affonso tinha contracções nos musculos do rosto, talvez, dizendo consigo mesmo: ‘Esses logares devem ser como os sonhos’. E a distancia possuida de forte seducção, empolgante, prometendo mil felicidades,

¹⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342246/987>. Acesso em: 05/03/2022

tornava o coração do rapaz mais ansioso e mais afflictivo. Queria atingir esses lugares tão falados pelos caixeiros viajantes”¹⁸.

Aqui as impressões pessoais do folhetim sobre Affonso demonstram a visão de que o espaço da *urbis* era apresentado como um destino que “seduzia” e o “empolgava”, um espaço que deslumbrava dessa forma exemplifica a dispersão do homem do campo para a cidade, evidenciando o fenômeno da migração interna experimentada pelo Brasil ao fim do século XIX e início do XX. Ofuscada pela imigração em massa de estrangeiros para o Brasil a migração interna entre os entes federativos era marcada pela ida dessas pessoas para a cidade, em especial aquelas que despontavam como os principais polos econômicos do período.

As migrações internas havidas no período que ora nos interessa foram menos significativas¹⁹. Entre 1872 e 1890, as regiões que mais ganharam imigrantes foram as do Amazonas, do Rio (capital nacional) e os quatro Estados do Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande [...] O Rio continuou absorvendo migrantes e São Paulo, apesar de seu papel na absorção de estrangeiros, também ganhou populações nacionais (CONNIFF, 1979, p. 23-24)

E é ao falar dessa migração em busca de uma melhoria da qualidade de vida que a narrativa do folhetim justifica e encaminha os eventos da vida de Affonso, a saída de um contexto de pobreza de Goiás e a promessa de riquezas em São Paulo instigariam Affonso à uma vida de crimes, nesse contexto a capital paulista despontaria então como um dos locais de destaque econômico no período. Desde o início da República e da continuidade de uma economia cafeeira o estado de São Paulo se tornara o principal polo econômico do país, segundo Joseph Love “[...] por ocasião do primeiro centro econômico em 1920, respondia por mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, isso é, mais do que o dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais” (LOVE in CONNIFF, 1972, p.53-54). O próprio texto do folhetim aponta São Paulo como um local de riquezas: “Dous caixeiros viajantes discutiam lucros de uma casa commercial de São Paulo. Quantias fabulosas eram citadas. Milhares de contos diziam ter ganho vários commerciantes”²⁰. A trajetória de Affonso se apresenta cada vez mais como uma fabulação do cotidiano e a sua chegada em São Paulo demonstra algumas características do Brasil da virada do século XX.

¹⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/342246/1150>. Acesso em 17/03/2022

¹⁹ Comparadas com ao fluxo migratório de estrangeiros ao Brasil entre 1872 e 1890.

²⁰ <http://memoria.bn.br/docreader/342246/1150>. Acesso em 17/03/2022

A chegada em São Paulo é narrada pelo periódico como turbulenta e confusa para Affonso, é importante citar que não foi possível acessar outras fontes que comprovem – ou confronte – essa parte presente no folhetim. Retornando ao início da história Affonso teria saído de Goiás a São Paulo se encontrar com um personagem cujo nome é Miranda, um representante comercial. Miranda logo o insere no ambiente de trabalho na casa comercial ligada ao comércio de café, nesse contexto Affonso rapidamente se integra à sociedade paulista e aos hábitos urbanos. Affonso é então descrito como um jovem ambicioso, mas também contraí dívidas que extrapolam seus ganhos, o que lhe faz procurar novas formas de “fazer dinheiro”. Uma oportunidade então aparece: uma vaga de ajudante do guarda-livros; capacitado e interessado pela vaga é preterido em prol do sobrinho do dono da casa comercial e se vê transferido do serviço interno para o externo, cargo sem responsabilidade. Esse episódio é apresentado por Several como uma das primeiras desilusões de Affonso: “nella imprimindo o primeiro termo da serie geometrica de dissabores, que bem podem ter sido um dos factores do desvio da directriz que houvera traçado”²¹. Portanto, a narrativa construída sobre Affonso não justifica suas futuras ações criminosas, mas atribui também aos fatos decorridos ao longo de sua vida certa influência em sua trajetória de crimes. Esse caso acima citado contribui para uma moralização dos eventos, Affonso, que seria capacitado e interessado a ocupar uma nova função é preterido em favor do sobrinho do chefe, ao que parece a história de Affonso se mescla a alguns assuntos abordados e questionados ao longo da primeira república: a relação de nepotismo e paternalismo presente na sociedade brasileira desde o final do período Imperial. Lima Barreto foi um dos grandes críticos dessas atitudes e escreve no livro *Bagatelas* (1923):

Na Escola Politécnica, é de praxe, de regra até que todo o filho, sobrinho ou parente de capitalistas [...] seja aprovado. (...) E todos eles, ignorantes e arrotando um saber que não têm, vêm para a vida, mesmo fora das profissões a cujo exercício lhes dá direito o título, criar obstáculos aos honestos de inteligência, aos modestos que estudaram, dando esse espetáculo ignóbil de diretores de bancos oficiais, de chefes de repartições [...], que têm menos instrução do que um humilde contínuo.” (apud BARRETO, 2017, p.195)

Ao falar sobre a Escola Politécnica²² Lima denuncia a mediocridade da sociedade brasileira ao falar da aprovação de estudantes pelas relações familiares e não somente por

²¹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/342246/1444>. Acesso em 18/03/2022.

²² Fundada em 1810 a outrora chamada de Academia Real Militar e Academia Imperial Militar sofreu modificações ao longo da história, nos tempos de Lima, já com o nome de Escola Politécnica oferecia um curso geral e seus cursos especiais: ciências físicas e naturais, ciências físicas e matemáticas, de engenheiros geógrafos, de engenharia civil, de minas, e de artes e manufaturas.

mérito, o assunto foi tratado por Lima em outros escritos, em seu livro “Vida e Morte de Gonzaga de Sá” publicado em 1919 o narrador, Augusto Machado, descreve o primeiro encontro com Gonzaga:

Quando fui á Secretaria dos Cultos tratar da questão do Cardeal, falei em primeiro lugar, como era natural, com o director geral dos cultos catholicos, o Barão de Inhangá. Era um velho funcionário do tempo do Imperio que se fazera director e Barão, graças ao seu nascimento e á sua antiguidade de funcionários. Homem inteligente, mas vadio, nunca entendera daquillo nem de coisa alguma. Entrára como chefe de secção e durante as horas de expediente o seu máximo trabalho era abrir e fechar a gaveta de sua secretaria (BARRETO, 1919, p.77)

Mais do que uma preocupação particular de Lima o assunto é tratado com interesse pela historiografia e encarado como parte de uma estrutura social que integra público e privado; Renato Lessa em seu livro “A invenção Republicana: Campos Sales, as fases e decadência da primeira república brasileira” diz: “No mais um país governado por poucos – por oligarcas – que se ocupam dos postos públicos como se fosses prebendas para neles fixar seus interesses materiais, de família e/ou de classe” (p.25). Portanto ao que parece Affonso teria vivenciado em sua própria história uma característica estrutural da sociedade brasileira que se apresentava tanto em nível público e privado, a promoção em prol do sobrinho do dono da casa de comércio. No contexto republicano as relações entre público e privado se confundem de tal forma que identificar uma diferenciação se torna cada vez mais difícil: “A morfologia política nacional não reconhece a existência de indivíduos e cidadãos clássicos, sujeitos capazes de produzir trajetórias autônomas de vinculação entre público e privado” (LESSA, 1988, p.200). Cabe salientar que a história construída no texto da Revista Policial indica uma relação em ambiente privado, Affonso trabalhava em uma casa de comercial, porém tal narrativa demonstram o *modus operandi* da sociedade brasileira no geral. O texto é enfático: após o ocorrido Affonso começa a se interessar pela vida de ganhos fáceis, visto que a opção honesta havia o frustrado, Lima caminhara para o lado das letras e Affonso para a criminalidade.

2.1 Na trilha do crime

A edição número 36 da “Revista Policial” datada de 14 de novembro de 1925 cita o primeiro crime de Affonso: a falsificação de uma guia de café que lhe rendeu alguns contos de réis. Segundo Several Affonso iniciaria sua trajetória de crimes aos 22 anos, no dia 06 de março de 1897 procurado pela polícia Affonso oferecera resistência contra a

investida da força de segurança pública e teria empreendido fuga para a cidade de Santos e posteriormente ido ao Rio, em busca de novos golpes.

O ano era 1897 e a praça de negociação de exportações e importações era apresentada à mais nova companhia de comércio: Egmont, Taveira & C.: “Temos a satisfação de levar ao conhecimento de VV.SS. Que nesta data organizamos uma sociedade commercial sob a razão de Egmont, Taveira & C., para o commercio de comissão, exportação e importação²³. O empreendimento foi fundado sem maiores complicações pois possuíam como sócios comandatários o futuro presidente Rodrigues Alves e o ex-ministro da marinha imperial, o Visconde de Guaí. Na realidade nem Rodrigues Alves nem o Visconde de Guaí eram sócios da companhia, de acordo com os jornais a companhia fora criada por Affonso Coelho para lesar os importadores e exportadores de produtos, em especial, do café.

Contudo, a firma de comércio falsa teria vida curta, em 06 de maio de 1897 Affonso Coelho foi preso, sendo recolhido à Casa de Detenção para aguardar julgamento após algumas vítimas, que ao procurar auxílio do Jornal do Commercio, terem denunciado o caso à polícia. Segundo o jornal “A Notícia” o 2º delegado auxiliar Noemio Silveira teria prendido um “rapaz de vinte e poucos anos, usando pequena barba e bigodes arruivados, trajando ao rigor da moda, insinuante em seus modos e palestras”, a prisão foi efetuada pelo inspetor Pedro da Silva, que após tê-lo visto em um carro lhe deu voz de prisão, Affonso resistiu e tentou efetuar disparos contra o inspetor, mas a arma teria falhado diversas vezes, sendo levado em seguida para a estação central de polícia²⁴. No dia 07 de maio, após o fim do interrogatório, Affonso foi recolhido à Casa de Detenção.²⁵

Os acontecimentos do 19 de maio foram publicados no dia seguinte com grande indignação por parte dos periódicos, a Gazeta de Notícias publica o texto: “Fuga escandalosa”²⁶ para tratar do evento; o Jornal do Commercio por sua vez descreve o corrido como “evasão de um gatuno célebre”²⁷. A imprensa rapidamente vai perceber que casos como de Affonso povoam o imaginário da população pois o crime e o criminoso se tornaram partes do cotidiano da cidade. Em um contexto o qual o jornal assume um caráter informativo primordial será possível a essa população leitora o acesso a um enredo

²³ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/23928. Acesso em 23/03/2022.

²⁴ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/2742>. Acesso em 23/03/2022.

²⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/2746>. Acesso em 23/03/2022.

²⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16267. Acesso em 23/03/2022.

²⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/24840>. Acesso em 25/03/2022.

fantástico, que em outros tempos seria encarado como um conto oralizado, mas que agora com a materialidade dos jornais vai poder ser palpável. Contudo, os jornais irão perceber, talvez com o sucesso das crônicas, que essas histórias devem respeitar os limites do crível, sobre isso discorre Barbosa:

É preciso construir narrativas atendendo a esses dois aspectos: a realidade e a fantasia. Os elementos passionais não podem ser ocultados, sob pena de não despertar o interesse do leitor, mas ao mesmo tempo não é possível exagerar nas tintas descritivas, sob pena de transportar a notícia para o lugar do folhetim (BARBOSA,2007, p.50)

As narrativas possuem versões diferentes, mas as chamadas são impactantes para o público, a explanação envolta dos acontecimentos é extremamente rica e confabula diversas hipóteses: “seriam os agentes policiais cúmplices ou Affonso teria agido sozinho”? A revista *Vida Policial* na edição 38 publicada em 28 de novembro de 1925, dentre o limiar da realidade e da fantasia que envolveu a fuga os jornais participam ao fabular de diversas formas a forma de que teria acontecido os eventos e uma suposta corrupção na polícia surge dentro da narrativa imposta pela revista. Os eventos anteriores à fuga são descritos pela *Revista Policial*: Affonso dentro do cárcere com a ajuda de algum guarda teria transmitido a seus comparsas as instruções para que a fuga fosse bem-sucedida:

Aberta a porta, no recinto penetrou um mulato vestido meio paisano meio soldado, o qual apresentou á corista um papel azul dobrado em quatro. Era uma mensagem de Affonso Coelho que, por intermedio de um soldado²⁸, recebera Risoleta e na qual o prisioneira expunha o plano que previsamente traçara para a sua fuga (*Vida Policial*, 05 de dezembro de 1925, p.39)

O tema da corrupção policial no contexto da fuga não está presente somente na revista “*Vida Policial*”, nos dias que se seguiram ao evento a suspeita acerca da conduta dos praças Amaro José e Candido Azevedo aumentou. O periódico *Jornal do Commercio* também trata do assunto com certa desconfiança, no depoimento do cocheiro José Bento Ferreira publicado pelo jornal consta que logo na saída da Casa de Detenção Affonso teria dado aos praças uma nota de 5\$ para *matar o bicho*²⁹. A *Gazeta de Notícias* por sua vez diz que Affonso, além de pagar a refeição, teria convidado o soldado para comprar

²⁸ As palavras foram grifadas pelo próprio autor.

²⁹ Expressão de época, diz-se que alguém *mata o bicho* quando, pela manhã, antes da ingestão de alimentos, toma uma bebida alcoólica. Por extensão, é também usada para designar qualquer tipo de comida ou bebida que se ingere em estado de jejum.

cigarros em uma charutaria próxima³⁰. Segundo a Revista Policial foi nesse momento de distração que Affonso empreendeu fuga:

De Repente, dando um salto prodigioso, foi alcançar a calçadam donde ganhou a rua em desfreada carreira, e com uma velocidade digna de nota, venceu num instante a distancia que medeia entre aquella casa de pasto e o Campo de Sant'Anna. Alli esperava-o a salvação, representada pela figura esguia e nervosa de um cavalo branco (Vida Policial, 05 de dezembro de 1925, p.39)

A maneira que a Revista Policial tratou da fuga se apresentou como um retrato de como Affonso foi visto pela sociedade carioca, o ser fantástico que toma a forma de Affonso foi construído naquele momento e não pelo seu crime em si. É interessante que os crimes de Affonso permaneceram, de certa maneira, em segundo plano ao se falar do episódio da fuga, inicialmente os jornais partiram da premissa de que a ação de Affonso foi facilitada pela atuação da sua escolta. Nesse ponto as diversas versões se confundem, alguns dizem que a fuga foi arquitetada a partir de um momento de distração dos guardas, outros que os guardas foram corrompidos:

o que é exacto, o que não sofre duvida é que a policia está actualmente se cercado de elementos duvidosos, em cuja moralidade não se deve, nem se póde confiar absolutamente. Individuos, sem o mínimo critério, desmoralizados, estão hoje ao serviço da segurança publica. Pobre segurança! (Gazeta de Notícias, 20 de maio de 1897, p.06)

A desconfiança pelo trabalho da polícia também atua na fabricação e fabulação do conteúdo e adiciona um elemento a mais no caso e notabiliza ainda mais o ocorrido, nesse embate de narrativas que se tencionam cada vez mais o crime e o criminoso vão tomando forma, um caso que poderia ser apresentado como corriqueiro agora é apresentado como um grande evento. As possibilidades iniciadas pela fuga de Affonso geram uma infinidade de questionamentos, não que crimes semelhantes não ocorressem, mas a realidade descrita pelos jornais é tão fantástica que a fronteira entre a ficção e a realidade permanece cada vez mais confusa. É talvez nesse contexto que o Affonso Coelho fantástico tenha sido gerado: no limite do noticiário e do folhetim, ao que parece o retrato da transgressão feita por Affonso rompe com esse limite e tomam de assalto os jornais que já experimentavam um aumento da quantidade de notícias policiais, segundo Barbosa (2007): “Para conquistar maior número de leitores um tipo de notícia passa a ter mais espaço: a policial. Com o mesmo objetivo assiste-se à difusão do folhetim [...] com a preocupação maior de atingir universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores”.

³⁰ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16262. Acesso em 27/03/2022.

A coluna policial diária do jornal *Correio da Manhã* segue uma configuração simples e direta: o tema do crime (geralmente violento) é resumido em duas ou três palavras, seguido por um texto informativo, no caso: “Affonso Coelho em ação - Firma Phantastica - Transação de café - Conhecimentos falsos - Providências policiaes”. Toda a estrutura da notícia expõe um sentimento de rapidez: o imediatismo do agora. A fuga de Affonso altera de maneira significativa a configuração das colunas policiais dos jornais, mas dá a elas maior notoriedade, exigindo maiores informações e um espaço no corpo do texto maior do que o usual, indicando um interesse maior do periódico por esse tipo de notícia.

Conforme descrito anteriormente as notícias policiais possuem colunas diárias, exigindo que o fabrico desse assunto seja constante, portanto, a velocidade da notícia é atrelada não somente ao desenvolvimento das novas tecnologias, mas sim da coleta dos assuntos através de jornalistas especializados em cobrir as notícias policiais, no caso de Affonso e nas centenas de outras colunas policiais um agente vai se evidenciar: o repórter policial.

“A função de repórter cresceu de importância: tudo então concentrou-se nele. Uma notícia abala mais o governo do que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporcional. Também, a consequência disso é que já não há jornalistas: todos nós somos, mas ou menos, repórteres e é dos sucessos da reportagem que mais nos orgulhamos” (*Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1901, p. 01 in *BARBOSA*, 2007, p.23 -24).

Com a premissa de que as notícias do dia a dia teriam impacto sobre o leitor e sobre a sociedade as reportagens tendem a ser cada vez mais caricatas e sensacionalistas, mas, com a segurança de um narrador confiável (o repórter) os periódicos as inserem como uma visão quase que fiel do ocorrido. No dia 20 de junho de 1901 o jornal *Correio da Manhã* na notícia “Quadrilha Perigosa” demonstra como era o dia a dia desses repórteres:

Interrogada pelo nosso reporter, Isatina Candido de Oliveira declarou ter sido deflorada [...] disse mais que seu amasio é casado [...] perguntando o nosso companheiro se ella costumava ir á casa da Detenção, respondeu a interrogada que só fôra lá ante-hontem (*Correio da Manhã*, 20 de junho de 1901, p.03).

Esses jornalistas, no geral anônimos, compareciam às delegacias e casas de detenção em busca da notícia e se torna nítido a autoridade que demonstra o repórter por ter a possibilidade de “interrogar” uma acusada perante a equipe policial. As fontes demonstram que as atribuições permitas aos repórteres não se limitavam ao dia a dia da casa de detenção, em outros espaços também possuíam prestígio. O repórter é de tal forma

valorizado que parece ser, dentro da hierarquia do jornal, uma das figuras mais importantes. Ao narrar a ascensão profissional de Pausílipo da Fonseca – colega, amigo e contemporâneo de Lima Barreto – na redação do *Paiz* o literato descreve que Pausílipo: “teve a partir de então, uma carreira ascendente: tornou-se compositor depois revisor, repórter e redator³¹.”

Nas ruas e no dia a dia o repórter policial transitava entre os diferentes extratos sociais, tendo sua parcela de prestígio em cada uma delas, quase sempre por sua relação indissociável dos jornais. Marialva Barbosa descreve, através da óptica de João do Rio, do livro: “A Alma Encantadora das Ruas” como que para o recluso da Casa de Detenção o jornal representava a janela do mundo real:

Há os que têm medo de despreza-la, há os que fingem despreza-la, há os que a esperam aflitos. O jornal e a história diária da outra vida, cheia de sol e de liberdade, e o meio pelo qual sabem da prisão dos inimigos, do que pensa o mundo a seu respeito. Não há cubículos sem jornais. (RIO, 1987, p.161-162 *apud* BARBOSA, 2017, p.127).

Talvez a profissão exigisse um certo manejo entre os diferentes indivíduos e o que pode ser observador no caso de Affonso e nas demais fontes era uma relação harmoniosa também com a polícia. O repórter não é percebido somente como um observador do evento, mas um indivíduo tão integrado com aquele meio que se estabelece como uma figura respeitada e que acumula certo poder. Em 03 de julho 1901 um cadáver foi encontrado na atual zona norte do Rio e somente após a intervenção e pedido de um dos repórteres do *Correio da Manhã* que o corpo encontrado na rua Dr Lino Teixeira foi retirado dali³². Além do ambiente policial o repórter também atuava como interlocutor das autoridades governamentais e do povo; na edição de 08 de janeiro de 1903 o *Correio da Manhã* noticia a ida de uma comitiva que tinha como principal objetivo inspecionar o local de instalação da colônia correcional de Dois Rios e dentre os participantes estavam o repórter policial do *Correio da Manhã* Mário Soares³³, ao que parece o convite para participar da comitiva foi estendido a outros membros da imprensa³⁴, indicando a prominência do jornalismo em si mas que não houvera favorecimento para determinado

³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. Lima Barreto-triste visionário. Editora Companhia das Letras, 2017, p.567.

³² Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/88>. Acesso em 28/03/2022.

³³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/3095>. Acesso em 28/03/2022.

³⁴ A Gazeta de Notícias cita em mesma data a presença de um de seus repórteres. http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/5136. Acesso em 28/03/2022.

periódico. Portanto, é de se acreditar que havia uma relação de troca de influências entre os periódicos e a política local, afinal, o fabrico dessas notícias gerava evidência para o governante e assunto para o jornal.

Portanto, não tardou para que a participação dos repórteres policiais no caso Affonso fosse marcada por uma mudança significativa no teor das colunas sobre o falsário, agora cada jornal possuiria uma figura de destaque que acompanharia os passos de Affonso e das forças policiais. Dias após o episódio do cavalo branco o representante do Jornal do Commercio acompanhou a diligência policial que tinha como objetivo a captura do estelionatário:

Como a nossa reportagem se encontra espalhada por toda a parte, sendo, além disso, quase tão irreconhecível como os agentes de policiam com estes embarcou um nosso colega [...] temendo não presenciar todas as peripécias desta diligencia [...] o nosso colega galgou para a garupa de um dos quadrupedes e acompanhou, na sua vertiginosa carreira, a numerosa cavalgada (Jornal do Commercio, 23 de maio de 1897, p.2)

O exemplo acima corrobora com as fontes já citadas: a credibilidade que os jornais possuem – e que se autoconferem - perante um assunto é de extrema confiabilidade, ultrapassando até mesmo o do próprio Estado, representado no trecho pelas forças policiais, pois estaria “temendo não presenciar todas as peripécias desta diligencia”. Todos os detalhes da participação dos repórteres como seres capaz de captar o real estabelece uma aura de verdade às reportagens, a própria estruturação da notícia no periódico - simples e direta - corrobora para essa percepção da realidade. Tendo esse trunfo a ser usado os jornais não tardaram em corromper essa “virtude” em prol de seus interesses, o caso de Affonso Coelho demonstra como essa imprensa abria mão do “real” para transportar para o papel suas percepções do ocorrido e foi responsável por fabular a história de um homem por mais de duas décadas.

CAPÍTULO 3

*Não sabe ao certo quem é
herói ou vilão*

AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA

A fuga do cavalo branco foi o episódio de maior destaque de Affonso, mas não foi o único, Affonso ficaria em evidência nos jornais durante muito tempo. Mesmo após sua morte em 1922 seus feitos ficaram vivos na memória popular e da imprensa brasileira. Artigos de humor sobre a vida e os feitos de Affonso eram frequentes nos jornais, assim que surgiam notícias acerca da falsificação de cédulas e documentos de imediato se especulava a participação de Affonso. Todos esses elementos corroboraram - em conjunto com seu suposto histórico de crimes - para que a trajetória individual de Affonso fosse retratada com a estigma dos seus feitos, como exposto anteriormente, para os jornais o “antes” o encaminharia para a vida de crimes. Nesse cenário se destacam duas características de Affonso: o estelionato, crime que o famoso falsário teria cometido,

delito isso que ganha as páginas dos jornais como um crime ligado à ascensão da burguesia brasileira, um crime contra a nova ordem social e a alegação. E um atributo pessoal de Affonso, apresentada ao público por meio de cartas enviadas às redações de jornais, o fato de que Affonso seria monarquista.

O caso do cavalo branco e dos crimes atribuídos a Affonso foram encarados pelos jornais com certa confusão, o modelo tradicional de tratar do crime não pôde ser utilizado por muito tempo – um título central com palavras chaves acompanhado por um breve texto – e rapidamente foi abandonado. As notícias sobre Affonso ocupavam colunas inteiras e, dado seu alcance social, saíram das notícias policiais e se tornaram conteúdos de crônicas e textos de humor. Nos dias que sucederam sua fuga os jornais noticiaram quaisquer informações vindas da polícia, gerando uma série de notícias que por muitas vezes eram desconexas entre si. É fato de que a fuga de Affonso se tornou, do ponto de vista do jornal, mais importante que o crime em si, porém, do ponto de vista social veremos que o crime de estelionato se localizou numa região cinza entre a expertise e um ato criminoso.

O crime envolvendo estelionato ou falsificação de informações e documentos já era tipificado no Brasil desde o Código Penal de 1830, esse mesmo código estabelecia como pena para esse crime a prisão com trabalho por seis meses a seis anos e de multa de cinco a vinte por cento do valor da causa³⁵, penalização que permanece semelhante com o Código Penal de 1890³⁶ que impõe pena de prisão de um a quatro anos e mantém a multa de multa de cinco a vinte por cento sobre o objeto do crime. Portanto não se pode dizer que o crime de estelionato surge com a República, mas veremos que com o advento de uma burguesia mais incipiente acontecimentos como o de Affonso se tornaram mais frequentes. Dentro da trajetória que envolveu Affonso e os primeiros anos da República nenhum caso teve a repercussão do que a falsa firma de comércio de café criada por Affonso – impulsionado por sua fuga –, que estimulou o debate sobre os delitos que aconteciam na então capital federal.

A escolha de Affonso pela criação de uma companhia de negociação de produtos nacionais, em especial o café, exemplifica não só a situação econômica que o Brasil

³⁵ Código criminal do Império do Brasil, capítulo II: Bancarrota Estelionato, e outros crimes contra a propriedade artigos 263 a 265, disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 03/04/2022.

³⁶ Art. 338 a 341 do Capítulo IV "Do Estelionato, abuso de confiança e outras fraudes", disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em 03/04/2022.

vivenciava naquele momento, mas as consequências sociais desse quadro. Entre 1890 e 1900 o Brasil vai se manter como maior produtor mundial de café e sua produção anual vai superar a produção mundial, esses números irão refletir tanto nos dados de importação e exportação quanto representarão um aumento de prestígio da própria República:

A República se beneficia de certas condições nacionais e internacionais dos dois últimos decênios do século, e que são a causa do grande surto cafeeiro: a baixa cambial resulta em emissões contínuas o que significa abundância de capitais e necessidade de rápida aplicação para renda; assim, multiplicam-se empresas comerciais, industriais e rurais (CARONE, 1970, p.29)

A abundância de capitais oriunda do comércio de café teve efeitos práticos na economia brasileira, a criação de novas empresas e expansão do comércio no Brasil encontrou em Rui Barbosa, ministro da fazenda durante o governo provisório (1889-1891) um entusiasta pelo desenvolvimento e industrialização do Brasil. Ao decorrer do ano de 1890 Rui Barbosa dá início ao Encilhamento, uma política econômica com o objetivo de industrializar o Brasil aumentando a quantidade papel moeda que circulava, essa medida ocorreu através da emissão desses valores por bancos privados (CARONE, 1970). Esse cenário favorece a crescente burguesia urbana pois os bancos não precisavam garantir o lastro da moeda emitida no padrão ouro, poderiam oferecer outras garantias como títulos da dívida pública e etc. Na prática essa atitude ocasionou uma emissão desenfreada de papel moeda, o que permitiu o surgimento de empresas e de estabelecimentos industriais, mas teve como consequência negativa um processo de especulação financeira e de aumento da inflação:

a facilidade de numerário faz surgir um considerável número de empresas comerciais, industriais, agrícolas [...] fundam-se sociedades ininterruptamente. Anuncia-se o projeto, obtém-se a concessão, forma-se a companhia e, antes de legalizar totalmente a sua existência os títulos já são vendidos na bolsa por altos preços [...]. Os novos ricos surgem da noite para o dia (CARONE, 1970, p.107)

É necessário salientar que apesar das consequências do Encilhamento terem levado os governos republicanos a diminuir a emissão de moeda entre 1892 e 1895 a situação encontrada por Affonso no fim de 1896 e início de 1897 não era tão diferente do que ocorria em 1890, segundo Carone (1970) quando Floriano entrega o governo a Prudente de Moraes o ritmo de emissão de moeda volta a ser bem maior em relação aos anos anteriores. Com uma grande quantidade de papel moeda em circulação e a facilidade de acesso a esses valores cria-se um ambiente fértil para a atuação dos estelionatários, o surgimento de novos empreendimentos de maneira repentina se torna comum e tão

rapidamente surgem, rapidamente são desmanteladas. Foi nesse contexto que Affonso fundaria a Egmont, Taveira & C, uma companhia de comércio falsa que levaria à prisão do famoso estelionatário.

O próprio ato de fundação da empresa possui contornos fantásticos, a companhia que alegava possuir como sócios Rodrigues Alves³⁷ e Visconde de Guaiá foi criada em fevereiro de 1897. Segundo o Jornal do Commercio, na edição de 12 de fevereiro de 1897³⁸ a publicidade da nova casa de comércio havia sido feita através de “circulares excelentemente impressas em papel de linho, nas quaes a pseudo-firma comercial Egmont, Taveira & C noticiava ter-se organizado”. Ademais a empresa tinha como sede fixa o endereço: Rua da Quitanda n°53, endereço importante no centro do Rio de Janeiro, local que abrigou diversos jornais, a tipografia dos irmãos Laemmert, a primeira sede da Academia Brasileira de Letras, o Gabinete Inglês de leitura e o Clube Militar. Ainda na edição de 12 de fevereiro de 1897 o Jornal do Commercio cita que o escritório: “mobilierado com certo gosto, achava-se aberto e na melhor ordem; de manhã ainda ali haviam estado um dos socios da firma”. O crime em si só foi desmascarado conforme as primeiras remessas de encomenda feita pelos clientes da casa de comércio não chegaram e aqueles que foram lesados denunciaram o caso ao Jornal do Commercio. Uma das características mais importantes desse caso foi de que os produtos e o dinheiro perdido pelas vítimas não configuravam grandes somas: “apanhada uma partida de 50 caixas de vermouthe, no valor de 1:400\$” e um fato³⁹ no valor de 290\$, a empresa ainda teria tentando apanhar 400\$ de perfumes e 200 caixas de água caxambu e joias na importância de 2 contos de réis de um joalheiro que se localizava na rua do Hospício. Esses valores não constituíam uma grande quantia, a nível de comparação no cargo de amanuense Lima Barreto recebia a importância de 200\$ por mês⁴⁰. Na lei n° 490, de 16 de dezembro de 1897⁴¹ que trata do orçamento anual de 1898 a Secretaria de Estado destina 3:000\$ para o pagamento anual a um porteiro, ou seja, um salário mensal de 250\$. Portanto, ao que indica as fontes, os “golpes” dados pela companhia de comércio de Affonso não visaram

³⁷ Rodrigues Alves foi um dos principais nomes da política brasileira na Primeira República, foi por duas vezes Ministro da Fazenda e em 1902 foi eleito o 5º presidente do Brasil.

³⁸ Disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/23928>. Acesso em 03/04/2022.

³⁹ Roupas formais de época semelhantes ao terno atual, constituído por blazer e calças.

⁴⁰ Lima Barreto. Diário Íntimo. Fundação Biblioteca Nacional, p.08. Disponível em < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2078>. Acesso em 03/04/2022.

⁴¹ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-490-16-dezembro-1897-539585-publicacaooriginal-38818-pl.html>>. Acesso em 04/04/2022.

grandes quantias, o seu alvo eram pequenos comerciantes, a classe média e a burguesia urbana.

O caráter da firma indica que no jogo de aparências que a profissão de falsário exigia Affonso estava confortável, a burguesia habita um local muito mais seguro socialmente e que não era molestada pela polícia e, portanto, não possui razões para temerla como temem os grupos marginalizados. Os nomes escolhidos por Affonso para compor a firma indica que o falsário buscava uma credibilidade que esses homens poderiam trazer para seu empreendimento, pelo que pôde ser entendido Affonso entendia a necessidade de se camuflar nessa classe social. O homem do cavalo branco não seria o primeiro a buscar refúgio próximo de suas vítimas, Dr. Antônio, pseudônimo de Arthur Maciel, era um conhecido “rato de hotel”⁴², em seu livro de memórias é perceptível como a aparência e os trejeitos foram importantes para o sucesso em seus crimes. Após seu primeiro furto Dr. Antônio diz: “Ia começar a minha epopéia. Tomei um carro de chocheira, enveredei por um alfaiate de primeira ordem e entrei na grande vida” (RIO, 2015, p.63). Todo esse aparato que a “profissão” exigia era eficientes até certo ponto, era necessário que tanto Affonso fosse aceito nessa dinâmica social que envolvia as vestimentas e os ritos diários da classe média urbana, ser visto como igual pelos seus “pares” era essencial para sua atividade criminosa. O questionamento que permanece é: quando o jogo de aparência fosse descoberto, qual seria a posição e como seria visto o falsário/estelionatário no catálogo dos criminosos?

A reflexão sobre o crime na cidade do Rio de Janeiro foi um tema popular na virada do século, estudiosos se debruçaram sobre a questão da criminalidade e há debates sobre a segurança pública. Em 1903 o delegado Vicente Reis publica o livro: “Os ladrões no Rio” no qual se propõe a “catalogar” os tipos de ladrões na cidade do Rio de Janeiro, e Affonso se tornou o nome de referência no capítulo “Os Estelionatarios”:

São os vigaristas de casaca, isto é, todos aquelles que, usando de estratagemas para suprehender a boa fé alheia e illudir a vigilancia, tirando disso proveito, enganam o proximo por meios astuciosos. Com taes artificios locupletam-se da jaetura alheia porque ganham confiança de sua victima, fazendo muitas vezes persuadir a existencia de credito, induzindo-a a entrar em negocios. (REIS, 1903, p.96)

⁴² Rato de hotel era alcunha dos ladrões que atuavam furtando dentro dos hotéis, geralmente se hospedavam no local e durante a noite furtavam objetos de valor.

Os estelionatários, portanto, seriam criminosos que atuavam contra a “boa fé” das pessoas por meios “astuciosos”. O autor diz ainda no mesmo trecho: “os perigosos, portanto, são aqueles que, desconhecidos e aparentando honestidade no meio social que vivem, surgem de improviso” (REIS, p.96). Affonso é descrito da seguinte forma pelo autor: “[...] gatuno mais engenhoso, mais hábil de quantos, no gênero, têm enganado a humanidade, isto é: Affonso Coelho. A fama dele correu mundo, tornando-se célebre pela historia do cavalo branco” (REIS, p.96). Nesse trecho o crime em si é visto por Vicente como um desvio da honestidade, a pauta dos costumes, representado aqui pela honestidade será um dos pontos que devem ser valorizados como característica individual e social. A narrativa vencedora que impulsiona ascensão da República sustenta o jargão positivista da ordem pelo progresso como princípio norteador, essa dinâmica estabelece o trabalho como parte essencial do discurso. Em suma: o trabalhador é exaltado pois usufrui de um “trabalho honesto” que lhe dá frutos, dentro desse jogo de representação aquele que não “trabalha” se torna uma párea social e o em si criminoso é o antagonista desse processo, seus ganhos são oriundos de engodo:

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com os conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade (CHALHOUB, 1988, p.48)

Cabe salientar que não serão todos os setores do trabalho “honesto” que terão uma valoração positiva, alguns grupos vão sim se destacar como exemplos nessa percepção de uma nova ordem social: os “bacharéis”, no geral filhos de fazendeiros e da classe alta brasileira, vão ocupar cargos públicos de destaque e posições de prestígio no ramo privado. Por sua vez, os trabalhadores braçais, em especial os imigrantes, enfrentarão uma realidade diferente, serão marginalizados em postos de trabalho precários e disputarão vagas escassas com uma mão de obra extensa e desocupada. Através de discursos xenofóbicos, em especial contra os portugueses, os estrangeiros passarão a ser vistos de forma caricata e um estranhamento vai ser estabelecido, isso pode ser percebido na desconfiança que Vicente Reis trata a imigração estrangeira para o Brasil:

A imigração, por exemplo, afflue para o Brasil, cada vez em maior escala [...] devemos estender os braços ao trabalhador honesto que vem fertilizar o nosso solo com o seu esforço, mas não devemos por outro lado deixar de precaver-nos contra os gatunos que, na onda immigratoria, augmentam, dia a dia, o numero das actividades nocivamente perniciosas (p.09).

. Chalhoub (1988, p.45) cita que em 1890 há no Rio de Janeiro 210.515 estrangeiros e cerca de 150.580, ou 71%, são homens: “O imigrante, além de homem, era em geral jovem e solteiro, sendo que sua chegada em grande número no período aumentava a oferta de mão-de-obra e acirrava a competição pela sobrevivência entre os populares”. A esse grupo de imigrantes se junta os libertos e demais grupos que por falta de colocação no mercado de trabalho permanecem como um excedente de mão de obra e que, segundo o censo de 1906 representa cerca de 46,5% da população economicamente ativa. Assim a “mistura” presente no Rio de Janeiro é potencialmente perigosa: homens de diferentes nacionalidades competindo por espaço no mercado de trabalho, Chalhoub (1988, p.52): [...] na cidade do Rio de Janeiro que se “civilizara”, isto é, que estava em processo de constituição plena da ordem capitalista, exprime bem a relação indissolúvel entre vida e luta na experiência da classe trabalhadora. Esses processos de “luta” refletem na sociedade por meio da violência - física e institucional - que as autoridades policiais, sob o pretexto do estabelecimento da ordem, vão impor perante à sociedade, ou seja, mesmo “empregados” e cumprindo o papel social do trabalho esse grupo não será visto como um grupo social de prestígio e sim com olhares de desconfiança, estarão sempre delegados a um discurso preconceituoso. Esses homens não terão a mesma sorte de Affonso e não conseguirão, em sua maioria, se “camuflar” nas classes abastadas e quando, por azar ou por ação própria, se envolverem em alguma situação criminosa não terão destaque nos jornais ou clemência da polícia, sofrerão o julgo de um sistema social injusto e preconceituoso de maneira anônima e violenta.

Essa situação encaminha o percurso de Affonso, considerando os eventos ocorridos não parece que durante esse período inicial Affonso “temesse” a polícia, afinal, não há relatos de que ele teria sido de alguma forma molestado pelas forças de segurança pública, ao contrário, o caso do cavalo branco demonstra o quão a polícia poderia ser conivente com os prisioneiros pois os praças que conduziram Affonso foram convidados a almoçar e fumar charutos com o falsário. Essa relação escancara como, para a polícia Affonso não representava um perigo social eminente, afinal ele não pertencia a esse espectro criminoso traçado na época e se camuflava bem no meio da burguesia. O verdadeiro inimigo de Affonso foi a própria imprensa que inflamou a sociedade e as forças policiais contra o homem do cavalo branco. A Gazeta de Noticias no dia 06 de junho de 1897 publica uma crônica criticando a politização da polícia e insere o debate de Affonso Coelho: “pois, senhores, não entende assim esta gente; a policia não serve

para prender estelionatários: serve para fazer política⁴³”. Os periódicos, portanto, por meio de crônicas e reportagens policiais se utilizaram dos mais variados artifícios para deixar em evidência o assunto “Affonso Coelho”, tais atitudes podem indicar a motivação para o envio de duas cartas para a redação de dois jornais cariocas as quais Affonso se “defende” das acusações.

3.1 *O rei dos falsários*

As diligências policiais em busca de Affonso se iniciaram logo depois do episódio do cavalo branco e duraram meses, a notoriedade do caso e a demora para capturar Affonso fizeram com que essa empreitada fosse acompanhada dia a dia pelos periódicos que aguardavam ansiosos por notícias do caso. Em um primeiro momento, Affonso teria fugido em direção à região da Pavuna, onde as primeiras buscas aconteceram, os periódicos noticiaram um suposto diálogo entre Affonso e um cozinheiro de uma casa na região:

“[...] tendo chegado á vista de um rancho, para lá se dirigiu. Veio recebê-lo um preto, que era cozinheiro do tal Sr. Botafogo, ao qual o fugitivo dissera que a cidade se achava em revolução, devido a um levante provocado pelo partido monarchista. Contou-lhe mais que as forças leaes começavam a dominar o movimento [...] e como era elle um jovem monarchista, teve que fugir daquele modo. (SEVERAL, 1925, Vida Policial, ed. 39, p. 41)⁴⁴

De todas as informações que constam nos periódicos acerca da vida pessoal do célebre falsário a de que Affonso seria monarquista é uma das mais citadas. Pelo que se pode observar as informações contidas na revista *Vida Policial*, que também indicam que Affonso seria monarquista, foram coletadas dos jornais contemporâneos aos eventos citados, que por sua vez apresentam esses dados como sendo do próprio Affonso, que teria redigido cartas e enviado para dois jornais: “A Notícia” e “O País”. Não foi possível localizar o conteúdo das cartas na íntegra, porém, o periódico “*Jornal do Commercio*” publicou em 21 de maio de 1897⁴⁵ um trecho das cartas:

“Casa de Detenção - Rio, 15 de maio de 1897. Srs d’o Paiz [...] O meu defeito, perante essa folha, é ser monarchista, mas isto me honra como brasileiro. Quem vai restaurar a monarchia neste paiz digno de melhor sorte, sou eu!!” -

⁴³ Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/16347>. Acesso em 05/04/2022

⁴⁴ Disponível em < <http://memoria.bn.br/docreader/342246/1925>>. Acesso em 05/04/2022.

⁴⁵ Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/24840>. Acesso em 05/04/2022.

Dados sobre Affonso apareceram com frequência na mídia impressa, predominantemente no ano de 1897, essas supostas cartas tem a pretensão, nesse trabalho, de indicar algumas características pessoais do falsário, mas que indicam traços sociais da própria população brasileira. Affonso ser visto aqui como monarquista não é necessariamente uma surpresa dentro da análise historiográfica, desde o início da república os monarquistas foram utilizados como bodes expiatórios pelos governantes republicanos e pelos grupos mais exaltados que povoavam o centro do Rio de Janeiro:

A proliferação de tribunos da plebe era sintoma de uma forma de exercício da política avessa aos formalismos liberais e disposta à ação direta. O repertório de diatribes e demandas era vasto: odiava-se os portugueses, os políticos em geral e os monarquistas em particular (LESSA, 1988, p.137).

Acompanhando o clima das ruas os jornais vão colocar em evidência a posição monarquista de Affonso, atrelando a essa característica seu histórico criminoso. Essa relação não é nova, João do Rio apresenta em seu livro “A alma encantadora das ruas” o cenário da carceragem como um ambiente majoritariamente monarquista:

A detenção tem idéias gerais. A primeira, a fundamental, definitiva, é a idéia monárquica. Com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas. Passadores moeda falsa, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração. Não falam, não fazem meetings, não escrevem artigos como o Dr. Cândido de Oliveira ou o conselheiro Andrade Figueira — sentem intensamente, sem saber explicar a razão desse amor (RIO, 1908, p.97)

Percebe-se então que a ideia da criminalidade está intimamente ligada a uma posição monárquica cega pois esses indivíduos “não falam, não fazem meetings, não escrevem artigos”, sentem “amor” pelo regime, um sentimento que por vezes é atrelado ao irracional. Quando se propõe a um “diálogo” para entender a posição desses encarcerados João destila um texto arraigado de preconceitos de classe e de raça⁴⁶:

Sim! Por que malandros da Saúde, menores vagabundos, raparigas de vinte anos que não podem se recordar do passado regime, são monarquistas? Por que gatunos amestrados preferiam sua majestade ao dr. Rodrigues Alves? É um mistério que só poderá ter explicação no próprio sangue da raça, sangue cheio de revoltas e ao mesmo tempo servil; sangue ávido por gritar não pode! mas desejoso de ter a certeza de um senhor perpétuo (RIO, 1908, p.97)

⁴⁶ Não é pertinente a esse trabalho discutir os conceitos de raça e classe apresentados por João do Rio, o exemplo se limita a entender quais seriam, para João do Rio, as características da população carcerária em sua obra “A alma encantadora das ruas”.

Portanto não só é perceptível o viés negativo que a monarquia é vista pelo autor, mas como que o próprio encarcerado não teria a capacidade de questionamento para justificar sua “posição” política, diferentemente dos monarquistas famosos que “fazem meeting” e “escrevem artigos”. Não é correto estabelecer a relação de que Affonso seria um criminoso porquê é monarquista, mas, na trajetória aqui analisada é perceptível como que – de maneira negativa ou positiva – ele vai ser visto pelos jornais como um indivíduo fruto do acaso e das circunstâncias, retirando dele o local de sujeito histórico. Portanto, nesse sentido, os periódicos se assentam sob uma posição cômoda ao atribuir a Affonso a posição de monarquista, pois ela é vista como uma das características dos criminosos e dos subversivos.

É perceptível que a indicação de que Affonso seria um monarquista estabelece uma relação de hostilidade entre os periódicos e o falsário. O teor das cartas dirigidas aos jornais pode ter sido o início de uma campanha intimidatória de ambos os lados, o Jornal do Commercio publica um trecho da carta dirigida ao jornal “A Notícia” ao qual Affonso declararia não somente que seria monarquista, mas que ameaçaria a ordem republicana: “[...] Sigo daqui sómente para pôr em pratica as minhas idéas e as tropas com que as quaes derrubarei dentro em breve esta malfadada republica que desconheço com as suas leis pesquinheiras. Viva a monarchia!”⁴⁷. Com essas informações o tabuleiro do xadrez muda, Affonso não seria um peão solitário que foge pelas casas tentando sobreviver, ele teria uma gama de peças extensas que poderia equilibrar o jogo a seu favor.

É questionável que um estelionatário estivesse planejando uma revolta armada para derrubar a República, é mais plausível imaginar que a imprensa procurasse, aproveitando o calor do momento, ligar Affonso a outro assunto: a campanha de Canudos. O Arraial de Canudos foi um movimento messiânico chefiado por Antônio Conselheiro, estabeleceu uma comunidade católica no interior da Bahia. Com características monarquistas e de um catolicismo popular que se alastrava devido à miséria que assolava o nordeste brasileiro o Arraial em 1896 contava com mais de 25000 pessoas vivendo sob influência de Antônio Conselheiro.

Ainda no ano de 1896 ocorre a primeira expedição militar contra Canudos, os sertanejos conseguem derrotar as tropas formadas pelas forças de segurança pública da Bahia. A segunda expedição, ainda formada por forças baianas, parte para Canudos em

⁴⁷ http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/24840. Acesso em 05/04/2022

janeiro de 1897 e após dois dias de conflito recuam com um grande número de feridos entre as tropas republicanas. A terceira expedição, dessa vez formada por 1300 homens de forças federais se encaminharam para Canudos em fevereiro de 1897, comandadas pelo coronel Moreira César essas tropas teria sorte semelhante, foram derrotados pelas forças de Canudos e o comandante da expedição, Moreira César, morreria no dia 4 de março em decorrência dos ferimentos. Rapidamente as notícias chegam no Rio de Janeiro e a opinião pública passa a se interessar cada vez mais pelo conflito. Nesse contexto os jornais tiveram papel fundamental no conflito:

A imprensa divulga em artigos e editoriais que os conselheiristas são monarquistas, católicos, que tem apoio de países estrangeiros e principalmente que são conspiradores que querem derrubar a República e restaurar a monarquia. São inimigos da República recém-instalada e devem ser exterminados porque querem a volta da ordem monárquica e escravocrata (COSTA, 2017, p.18)

Essa derrota, indigesta para a república, significou uma escalada no conflito. No campo das ideias a derrota para Antônio Conselheiro era inaceitável: [...] Conselheiro, monarquista e místico, encarnava o que havia de mais típico no estado teológico de evolução da humanidade, segundo a métrica antropológica dos positivistas (LESSA, 1988, p.144). Para os positivistas republicanos a derrota era inaceitável e as consequências desses eventos se mostraram presentes no Rio de Janeiro, a derrota para os sertanejos só poderia ser explicada por inimigos internos:

A única explicação plausível era a de cumplicidade dos monarquistas. Nesse sentido advertia o jornal O Estado de São Paulo: Que o presidente da República não se iluda sobre o sentido da agitação latente em grande parte do território brasileiro e apenas na Bahia, em armas. Trata-se da restauração; conspira-se, formase o exército imperialista. Nas ruas do Rio de Janeiro, o protesto jacobino foi extremo: No Largo de São Francisco de Paula formou-se logo um grande cortejo vociferado que partiu pelas ruas a pedir morte imediata para todos os inimigos da República. (LESSA, 1988, p.145)

Com a visão de que os monarquistas seriam os grandes responsáveis pela derrota de Canudos uma população furiosa tomou as ruas do Rio e uma multidão empastelou dois jornais monarquistas, o Gazeta da Tarde e o Liberdade, o proprietário desses jornais, Gentil de Castro, foi assassinado por oficiais do exército brasileiro.

Ao declarar Affonso como monarquista os jornais irão inseri-lo em um terreno perigoso, o contexto não era o mais favorável para se posicionar abertamente como monarquista, a quarta expedição – e a que lograria êxito em conquistar Canudos – havia acampado em uma localidade próxima ao Arraial em 16 de maio, três dias antes da fuga

de Affonso da Casa de Detenção. Ainda durante os preparativos de invasão a Canudos o periódico “A Notícia” publica a seguinte reportagem⁴⁸:

Nos corredores da repartição da rua do Lavradio diz-se que é quase certa a ida deste celebre estellionatario e feroz monarchista para o centro da Bahia, afim de se junta-se ás forças de Antonio Conselheiro; e ele mesmo, ao despedir-se da policia, enviou ás redacções dos jornaes cartas afirmando que, em breve prazo, estaria de volta, á frente de numeroso exercito, para derribar a Republica e restaurar a monarchia⁴⁹

Essa reportagem exemplifica o *modus operandi* da imprensa no caso de Affonso, a citação “nos corredores da repartição do Lavradio” se refere à localidade onde se instalava a maior parte das repartições públicas ligadas à segurança pública, dentre elas: a estação central de Policia da Capital Federal, a sede dos Delegados do Chefe de Policia, Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da Republica e a Corte de Apelação⁵⁰. Ou seja, o jornal cita uma localidade que concentra uma quantidade considerável de agentes que poderia tê-lo informado da notícia mas não especifica quem teria dado a informação, se utiliza do termo “feroz monarchista” e o atrela ao movimento de Canudos; ainda no texto cita cartas, não se sabe quantas e para quais jornais teriam sido enviadas, que entregam os seus planos para a imprensa.

As cartas, supostos diálogos e confissões que surgiram nos jornais sobre Affonso talvez possa explicar mais sobre os periódicos do que sobre Affonso em si. As fontes surgem através dessas cartas e delas as narrativas são construídas: Affonso, o homem do cavalo branco constitui um perigo. Esse perigo inicialmente não existia, a única notícia sobre o caso da Egmont, Taveira & C., não foi apresentada ao público de maneira substancial, a reportagem foi incluída em um texto curto ao final de uma página. Mesmo nas notícias sobre a fuga o crime de Affonso não aparece com evidência, só foi possível localizar no livro de Vicente dos Reis e na revista “Vida Policial”, ambos publicados anos depois do evento, que os detalhes são evidenciados. O caso do cavalo branco toma proporções maiores, mas o crime de Affonso, por vezes, sequer foi citado, o dia posterior à fuga era apresentado ao público como um caso curioso e de incompetência da polícia. Conforme assuntos novos foram surgindo, em especial a alegação de que Affonso seria monarquista, a dinâmica muda; essa mudança representa no caso de Affonso uma escalada nas acusações e perseguição por parte da imprensa que percebe o interesse do

⁴⁸ O mesmo que havia recebido a suposta carta de Affonso entre os dias 15 e 21 de maio.

⁴⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/2815>. Acesso em 07/04/2022.

⁵⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/14078>. Acesso em 07/04/2022.

público pelo assunto, a estigma de Affonso vai acompanhá-lo pelo resto da vida, não pelos seus crimes, mas pelo que foi posteriormente estabelecido por essa imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Do começo ao fim
do fim ao começo*

Affonso seria preso em agosto de 1897 após escapar das mãos da polícia em Uberabinha, seu refúgio inicial foi a fazenda de um tio. Após alguns dias sem notícia do paradeiro de Affonso ocorreu um furto de alguns animais na localidade e surge a denúncia de que Affonso seria o culpado e de que se saberia onde o falsário estaria. Affonso seria encontrado próximo da fazenda onde “via-se uma rede suspensa em dous frondosos jacarandás e n’ella, embalando-se indolelentemente, Affonso Coelho”. Sua prisão foi comemorada pelo jornal Gazeta de Notícias que através de um repórter paulista teceu os seguintes comentários:

A’ noite estivemos na repartição da policia, onde encontrâmos Affonso Coelho na prisão n.5. E’ de estatura média, franzino de corpo, olhos pretos e muito vivos, bigodes castanhos [...] A’li entretivemos longa conversação com Coelho, que se expressa bem, demonstrando haver tido preparos intellectuaes⁵¹.

A reportagem acerca da prisão de Affonso expressa, através da visão desse jornalista, a visão humana de Affonso, suas características físicas e pessoais, enfim o famoso falsário receberia uma roupagem social. O ato da prisão em si representou o questionamento do mito, Affonso teria uma estatura média, franzino de corpo, ou seja, magro e de olhos pretos e vivos, mas principalmente seria um homem de carne e osso. Como havia sido preso pela polícia paulista a Gazeta de Notícias cita que Affonso foi encaminhado para São Paulo e lá aguardou seu julgamento; em 24 de fevereiro foi condenado a quatro anos de prisão, nessa mesma notícia a Gazeta de Notícias, em notícia do Correio Paulistano, cita que

⁵¹ Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16748>. Acesso em 08/04/2022.

Affonso evadiu-se da casa de detenção no dia 23 de abril de 1898⁵². Durante um ano não houve notícias significantes sobre Affonso, algumas diligências foram feitas para investigar a fuga ocorrida em São Paulo, porém, nada de substancial sobre Affonso surgira na imprensa. Em 09 de fevereiro de 1899 o chefe de segurança de Salvador, Félix Gaspar informa a prisão de Affonso⁵³. Levado à júri popular pelo caso da Egmont, Taveira & C., em 29 de abril de 1900 Affonso foi absolvido do crime de estelionato por 10 votos⁵⁴.

O caso da Egmont, Taveira & C, que precedeu o evento do cavalo branco, havia sido encerrado, Affonso, apesar de ter sido inocentado no Rio de Janeiro ainda seria encaminhado para São Paulo para responder os crimes ocorridos naquela cidade. Affonso ainda se envolveria em acusações acerca de firmas falsas e falsificação de cédulas até a década de 1920. O que se encerrou após as condenações e principalmente com sua prisão foi o imaginário mítico fabulado pelos periódicos sobre Affonso, houve um desapontamento ao perceber que o famoso *scroc* era afinal de contas, um “homem”:

Só no gênero crime patente é que o Brasil não tinha representativos. Houve é certo há anos um movimento a favor de Affonso Coelho. Era um exemplo admirável de gatuno literário, do gatuno-novela. Tinha um cavalo branco, a Risoleta, desaparecia pelas paredes, falsificava cheques. A sociedade admirava-o e seguia-lhe as aventuras como um romance folhetim. De repente, Affonso é pegado. Nem literário, nem original, um neurastênico possuidor da linguagem escatológica, querendo passar por honesto – uma miséria! O blefe causou ao nosso equilíbrio moral evidente prejuízo. (RIO, 2015, p.24)

João do Rio, no artigo “O representativo do roubo inteligente”, publicado no livro “Memórias de um rato de hotel” dá a tônica desse desapontamento. Enquanto o Affonso existente era o estelionatário dos periódicos a sociedade o admirava, o mesmo era “um exemplo de gatuno literário”, mas a partir do momento que a fabulação encontrou a realidade o cronista perde o interesse pelo falsário e o delega a posição de ser um “neurastênico possuidor da linguagem escatológica”, ou seja, um lunático. Essa categorização de Affonso como inferior era utilizada quando havia o questionamento por parte de Affonso das informações prestadas pelos jornais, um exemplo latente dessa tentativa foi a publicação das cartas delegadas a Affonso. Ao publicar essas cartas os comentários do jornal tratam de deslegitimar qualquer opinião de Affonso, em 30 de

⁵² Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/18070. Acesso em 08/04/2022

⁵³ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/19517. Acesso em 08/04/2022

⁵⁴ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/576. Acesso em 08/04/2022

março de 1909, uma carta de Affonso endereçada ao Correio da Manhã é publicada, seu conteúdo seria em defesa à acusação da participação de Affonso na falsificação de cédulas. Antes de apresentar a carta o Correio da Manhã trata com ironia a defesa de Affonso e o acusa de se fingir honesto⁵⁵. Os periódicos perceberam que possuíam o monopólio da narrativa e mesmo quando mostravam a “opção” do contraditório construíram estratégias para que qualquer opinião contrária fosse desacreditada.

A fuga de Affonso e o dia a dia do povo carioca atua aqui como um pano de fundo de como essa imprensa atuava, em meio à contradição de uma ordem dentro da desordem a cidade também se torna sujeito pois é nela – e possibilitava pelas suas características – que ocorreram todos os eventos que estabeleceram Affonso Coelho como um mito. É a cidade que acolhe os agentes envolvidos, foi a cidade que “seduziu” Affonso e que estabelece o crime como um problema social latente. Nessa relação de poder construída pelos jornais na *urbis* Affonso era o elo mais fraco e foi usado pelos jornais para a criação de um “folhetim da vida real”, uma novela a ser acompanhada por essa população onde Affonso seria um mero personagem. A estratégia é tão eficiente que essa narrativa vai se apresentar para a população de diversas maneiras, em 1899 a história de Affonso se torna peça de teatro: “Em S.Paulo será representada pela primeira vez a comedia de costumes nacionais *Affonso Coelho*, original do distinto escritor Moreira Sampaio”⁵⁶.

Nesse cenário os periódicos responsáveis por transmitir as informações à população entregaram um entretenimento que criou uma nova forma de contar essa história e a recepção aparentou ser positiva. Crimes considerados não-violentos contra a parte abastada da sociedade tendo como principalmente ferramenta a “lábria” e a “astúcia” eram inicialmente tratados com humor pelos periódicos, mas à medida que o caso foi tomando contornos maiores as notícias contra Affonso se tornam cada vez mais agressivas e intensas, a adição de novos fatores – como a ideia de Affonso ser monarquista – e cenários procura prender a atenção do público consolidado, visto que a percepção de tempo dentro da cidade e dos jornais exigia novidade; tal estratégia parece ter sido traçada também para atingir o público do jornalismo policial.

Esse trabalho e os eventos que cercaram Affonso Coelho sugerem que surgimento de uma imprensa sensacionalista altera a relação da sociedade para com as notícias, não

⁵⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/19353. Acesso em 17/04/2022

⁵⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/19551. Acesso em: 19/04/2022

somente nos crimes, mas na fabulação sobre esses episódios. A história de vida de Affonso, sua origem e trajetória pessoal foram reescritas a partir de seus crimes pela ótica dos jornais. No embate entre o real e o imaginário o personagem se sobrepôs ao homem, marginalizando o debate sobre o indivíduo Affonso e evidenciando mais uma vez a importância das fontes presentes nos periódicos. A “Revista Policial”, publicada 03 anos após a morte de Affonso e 28 anos após o episódio da fuga do cavalo branco demonstra o sucesso de que o caso de Affonso foi tratado com a mesma estrutura e narrativa que os periódicos contemporâneos ao evento, indicando o sucesso desse modo de comunicação e da reverberação de Affonso como mito. Nesse trabalho a “memória do dizer” foi de extrema importância pois buscou-se compreender os ecos que foram criados a partir de um único indivíduo que foi elevado ao fantástico.

REFERÊNCIAS

FONTES

Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 1901-1910. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/0>.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1890-1899. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/0>.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 1891-1899. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/0>.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 1890-1899. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/0>.

Vida Policial, Rio de Janeiro. 1925-1927. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/342246/0>>.

Mensagem do prefeito ao Conselho municipal em 4 de maio de 1907, páginas 10 e 65 a 66, *apud* Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>

RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1892. IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf

DECRETOS, CÓDIGOS E LEIS

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

CÓDIGO PENAL DE 1890 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

DECRETO N. 404 - DE 1º DE MARÇO DE 1845 – Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387460/publicacao/15634152>.

LEI Nº 490, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1897 – Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-490-16-dezembro-1897-539585-publicacaooriginal-38818-pl.html>.

COLEÇÃO DE LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Livro da Lei Mineira. Regulamento nº 84 de março de 21 de março de 1879. Arquivo Público Mineiro (APM) apud ANDRADE, Renata Fernandes Maia de et al. Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de et al. Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007.

BARRETO, Lima. Vida e morte de MJ Gonzaga de Sá.. Revista do Brasil,, 1919.

BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1997.

CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONNIFF, Michael L; *et al.* História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III: O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930. 1979.

COSTA, Carla. “Cronologia resumida da Guerra de Canudos.” *Museu da república. IBRAM/MinC* (2017).

DANTAS, S. M. (2015). Identidades em órbita: o habitante do Triângulo Mineiro e a constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História*, 21(1).

DE MELO, José Marques. História Social da Imprensa: fatores sócio culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Edipucrs, 2003.

FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano-estrutura de poder e economia (1889-1930). 1997.

GARZONI, Lericé de Castro. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, p. 158-177, 2011.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. Ordem no mundo da Desordem: modernização e cotidiano popular (Rio de Janeiro, 1822-1840). Hinterlândia, 2009.

LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Iuperj, 1988.

OLIVEIRA, André Luís. A escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. Organon, v. 9, n. 23, 1995.

PAIVA, ELY. O Homem do Cavalo Branco: uma história policial da Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: Documenta Histórica. 2012

PEREIRA, André Luiz Alves et al. Para uma história social de O CORTIÇO. 2020.

REIS, Vicente. Os ladrões no Rio, 1898-1903. Rio de Janeiro, Cia. Typ. do Brasil, 1903.

RIO, João do. Memórias de um rato de hotel. 3. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto-triste visionário. Editora Companhia das Letras, 2017.

SHIZUNO, Elena Camargo. A Revista Vida Policial (1925-1927) mistérios e dramas em contos e folhetins, 2011.